

número 4

ano 2

set 2014

desi**d**ades

REVISTA ELETRÔNICA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

4

des;dades

REVISTA ELETRÔNICA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

REALIZAÇÃO



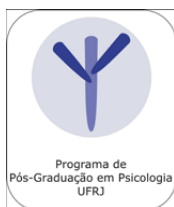
NIPIAC

Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio
para a Infância e a Adolescência Contemporâneas

APOIO



PARCEIROS



apresentação

DESIDADES é uma revista eletrônica de divulgação científica na área da infância e juventude. É uma publicação trimestral, avaliada por pares, do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas – NIPIAC, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, comprometida com a divulgação do conhecimento científico além dos muros da universidade.

Publica artigos originais, entrevistas e resenhas que se destinem a discutir criticamente, para um público amplo, aspectos da infância e da juventude frente a seu processo de emancipação. Uma secção de Informações Bibliográficas tem por objetivo difundir as publicações recentes sobre infância e juventude no âmbito das ciências sociais e huma-

nas. Uma versão em português e outra em espanhol de **DESIDADES** estão disponíveis para os leitores. A publicação pretende ser um meio eletrônico de difusão de debates e ideias no espaço latino-americano para todos os que queiram ser instigados a refletir sobre os desafios e as dificuldades de viver sendo criança ou jovem no contexto das sociedades atuais.

DESIDADES significa, como escolha do título da revista, que as idades, como critérios fixos que naturalizam comportamentos, habilidades e modos de existência segundo uma temporalização biográfica linear, precisam ser problematizadas de modo a permitir novas abordagens, perspectivas e diálogos sobre as relações entre os grupos geracionais.

equipe editorial

EDITORA CHEFE

Lucia Rabello de Castro

EDITORAS ASSOCIADAS

Lucia de Mello e Souza Lehmann

Sônia Borges Cardoso de Oliveira

EDITORES ASSISTENTES

Alexandre Bárbara Soares

Carina Borgatti Moura

Felipe Salvador Grisolia

Juliana Siqueira de Lara

Karima Oliva Bello

Lis Albuquerque Melo

Sabrina Dal Ongaro Savegnago

Suzana Santos Libardi

EQUIPE TÉCNICA

Isa Kaplan Vieira

Laiz Prestes Carneiro

Paula Pimentel Tumolo

Polyana Alves de Oliveira

REVISORA

Sheila Kaplan

TRADUTORA

Flavia Ferreira dos Santos

CONSELHO CIENTÍFICO NACIONAL

Alfredo Veiga-Neto	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Alexandre Simão de Freitas	Universidade Federal de Pernambuco
Ana Cristina Coll Delgado	Universidade Federal de Pelotas
Ana Maria Monteiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Angela Alencar de Araripe Pinheiro	Universidade Federal do Ceará
Angela Maria de Oliveira Almeida	Universidade de Brasília
Anna Paula Uziel	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Carmem Lucia Sussel Mariano	Universidade Federal de Mato Grosso
Clarice Cassab	Universidade Federal de Juiz de Fora
Claudia Mayorga	Universidade Federal de Minas Gerais
Cristiana Carneiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Diana Dadoorian	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Dorian Monica Arpini	Universidade Federal de Santa Maria
Elisete Tomazetti	Universidade Federal de Santa Maria
Fernanda Costa-Moura	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Flavia Pires	Universidade Federal da Paraíba
Gizele de Souza	Universidade Federal do Paraná
Helóisa Helena Pimenta Rocha	Universidade Estadual de Campinas
Iolete Ribeiro da Silva	Universidade Federal do Amazonas
Jader Janer Moreira Lopes	Universidade Federal Fluminense
Jaileila de Araújo Menezes	Universidade Federal de Pernambuco
Jailson de Souza e Silva	Universidade Federal Fluminense
Jane Felipe Beltrão	Universidade Federal do Pará
Juarez Dayrell	Universidade Federal de Minas Gerais
Juliana Prates Santana	Universidade Federal da Bahia
Leandro de Lajonquière	Universidade de São Paulo
Leila Maria Amaral Ribeiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Lila Cristina Xavier Luz	Universidade Federal do Piauí
Marcos Cezar de Freitas	Universidade Federal de São Paulo
Marcos Ribeiro Mesquita	Universidade Federal de Alagoas
Maria Alice Nogueira	Universidade Federal de Minas Gerais
Maria Aparecida Morgado	Universidade Federal de Mato Grosso
Maria Helena Oliva Augusto	Universidade de São Paulo
Maria Ignez Costa Moreira	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Maria Lucia Pinto Leal	Universidade de Brasília
Marlos Alves Bezerra	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Marta Rezende Cardoso	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Mirela Figueiredo Iriart	Universidade Estadual de Feira de Santana
Myriam Moraes Lins de Barros	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Nair Teles	Fundação Oswaldo Cruz/ Universidade Eduardo Mondlane

Patrícia Pereira Cava	Universidade Federal de Pelotas
Rita de Cassia Fazzi	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Rita de Cassia Marchi	Universidade Regional de Blumenau
Rosa Maria Bueno Fischer	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Rosângela Francischini	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Silvia Pereira da Cruz Benetti	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Solange Jobim e Sousa	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Sonia Margarida Gomes Sousa	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Telma Regina de Paula Souza	Universidade Metodista de Piracicaba
Vera Vasconcellos	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Veronica Salgueiro do Nascimento	Universidade Federal do Cariri

CONSELHO CIENTÍFICO INTERNACIONAL

Adriana Aristimuño	Universidad Católica del Uruguay
Adriana Molas	Universidad de la República, Montevideo
Andrés Pérez-Acosta	Universidad del Rosario, Bogotá
Alfredo Nateras Domínguez	Universidad Autónoma Metropolitana Iztapalapa, UAM-I, México
Carla Sacchi	Centro Interdisciplinario de Investigaciones en Psicología Matemática y Experimental / Universidad del Salvador
Ernesto Rodríguez	Centro Latinoamericano sobre Juventud, CELAJU, Montevideo
Graciela Castro	Universidad Nacional de San Luis, Argentina
Guillermo Arias Beaton	Universidad de La Habana, Cuba
Héctor Castillo Berthier	Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Autónoma de México
Héctor Fabio Ospina	Universidad de Manizales, Colombia
José Rubén Castillo García	Universidad Autónoma de Manizales, Colombia
Laura Kropff	Universidad Nacional de Río Negro, Argentina
Mariana Chaves	Universidad Nacional de La Plata, Argentina
Mariana García Palacios	Universidad de Buenos Aires
Mario Sandoval	Universidad Católica Silva Henríquez, Chile
Norma Contini	Universidad Nacional de Tucumán, Argentina
Pablo Toro Blanco	Universidad Alberto Hurtado, Chile
René Unda	Universidad Politécnica Salesiana, Ecuador
Rogelio Marcial Vásquez	El Colegio de Jalisco, Universidad de Guadalajara, Mexico
Rosa Maria Camarena	Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Autónoma de México
Silvina Brussino	Universidad Nacional de Córdoba, Argentina
Valeria Llobet	Universidad Nacional de San Martín, Argentina

índice

EDITORIAL 7

TEMAS EM DESTAQUE

**Jovens indígenas na Sierra Central do Equador
Elementos para pensar suas práticas comunitárias 9**

René Unda Lara

María Fernanda Solórzano G.

A importância do trabalho na transição para a vida adulta 20

Renata Alves de Paula Monteiro

ESPAÇO ABERTO

Tempo, silêncio e esquecimento.

O que ficou da experiência dos jovens de Santa Maria? 32

ENTREVISTA DE *Sônia Borges Cardoso de Oliveira*

COM *Volnei Antonio Dassoler*

INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

RESENHAS

Adoção e família: a preferência pela faixa etária, certezas e incertezas 37

RESENHA POR *Maria Angela D’Incao*

**Jóvenes investigadores en infancia y juventud, desde una perspectiva crítica
latinoamericana: aprendizajes y resultados 40**

RESENHA POR *Danay Quintana Nedelcu*

LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO 45

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO 49

À crescente visibilidade que a juventude parece ter no cenário público, mais claramente se impõe a constatação da diversidade da experiência de ser jovem através dos diferentes grupos sociais, culturais e econômicos. Ser jovem não corresponde a compartilhar os mesmos tipos de experiência com todos aqueles que, coincidentemente, têm a mesma idade; e nem, muito menos, significa poder agir, sentir e valorar, da mesma forma, as relações com os pares, com os mais velhos, o sentido de futuro e os deveres de pessoa e cidadão.

Nesta edição da **DESIDADES**, as seções do ESPAÇO ABERTO e TEMAS EM DESTAQUE focalizam aspectos diversos da temática da juventude, apontando, principalmente, para as descontinuidades que existem na experiência de ser jovem no contemporâneo. A experiência de ser jovem indígena Chibuleo, no Equador, por exemplo, está marcada pelas tensões entre o mundo comunal indígena em que ele nasceu e vive, e a crescente “descomunalização” de sua experiência, frente ao processo crescente de urbanização e o movimento de migração para as cidades. Por outro lado, para os jovens urbanos das classes médias, seja no Brasil ou no Canadá, é a perspectiva de se inserir plenamente na sociedade por meio da obtenção de uma posição de trabalho na estrutura laboral que marca sua experiência de ser jovem. Obter um trabalho que possibilite reconhecimento, felicidade e auto-realização dá sentido e formata suas ações como jovem. São experiências bem distintas – a dos jovens indígenas equatorianos, e a dos jovens brasileiros e canadenses de classes médias. Elas são marcadas por valores e tensões diferentes que produzem sujeitos jovens cujos ideais, valores e maneiras de ser podem ser radicalmente díspares.

A experiência de ser jovem indígena no Equador nos é trazida por dois eminentes pesquisadores equatorianos, René Unda e Maria Fernanda Solórzano, no artigo “Jovens indígenas na Sierra Central do Equador. Elementos para pensar suas práticas comunitárias”. Estes pesquisadores nos alertam para o fato de que a noção de “juventude indígena” não existe como um conceito dado a priori, mas este só pode ser verificado a partir de estudos que retratem quem são estes jovens, o que fazem e como vivem no atual cenário político e social em transformação do Equador. Estes estudos, afirmam os pesquisadores, ainda são escassos, mas de sua ampliação depende o processo de aprofundamento democrático no Equador.

No artigo “A importância do trabalho na transição para a vida adulta”, ainda na seção TEMAS EM DESTAQUE, a pesquisadora e professora Renata Alves Monteiro traz a questão do trabalho como aspecto que marca e modeliza a experiência de viver a juventude para os jovens pesquisados no Brasil e no Canadá. A centralidade do trabalho, em um contexto em que os jovens são os mais atingidos pelo desemprego, nos faz indagar sobre o que é feito para minimizar os efeitos corrosivos do desemprego, ou da falta de emprego, para os jovens. Para a autora, não se constituem saídas satisfatórias o retar-

damento do ingresso no mundo laboral – no caso, sobretudo, dos jovens de classes médias – ou, a simples qualificação profissional que não vise a inclusão real dos jovens em posições qualificadas de trabalho.

Na seção ESPAÇO ABERTO, a experiência dos jovens é apresentada sob o manto de uma tragédia: a do incêndio ocorrido em uma boate no Sul do Brasil que levou à morte cerca de 200 jovens em 2013. Na entrevista em que a editora associada da **DESIDADES**, Sonia Borges, faz ao psicanalista Volnei Antonio Dassoler, a vivência deste evento traumático de enorme proporção permanece até hoje como enigma a ser compreendido e assimilado. O processo de luto dos jovens que sobreviveram à tragédia continua a se processar, atravessado pela culpa, pelos transtornos psicológicos e físicos. Neste cenário, o entrevistado aponta para a importância da disponibilização de uma escuta profissional destes jovens e de suas famílias. Um trabalho difícil, tentativo e paciente construído pela tessitura dos laços que se fazem pela demanda de compreender o trágico inusitado, elaborar o sofrimento intenso e ser escutado por alguém. O psicanalista Volnei Dassoler nota também que os espaços da cidade e as relações entre os jovens, mesmo os que não sofreram os efeitos diretos da tragédia, se modificam. Os bares e as boates se esvaziam, enquanto as ruas, as praças e os calçadões se tornam os pontos de encontro dos jovens que buscam retomar seus vínculos e reconstruir suas expectativas de futuro.

Enfim, na seção de INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS, apresentamos a resenha do livro “Jóvenes investigadores en infancia y juventud, desde una perspectiva crítica latinoamericana: aprendizajes y resultados”, organizado por Sara Victoria Alvarado e Jhoana Patiño, resenha feita por Danay Nedelcu; e do livro de autoria de Rosana Barros, “Adoção e família – a preferência pela faixa etária, certezas e incertezas”, resenha feita por Angela D’Incao. Nesta seção, ainda trazemos o LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO das publicações em livros nos países latino-americanos no campo da infância e juventude nas áreas de ciências humanas e sociais durante o período de junho a setembro deste ano.

Lucia Rabello de Castro

EDITORA CHEFE

Jovens indígenas na Sierra Central do Equador

Elementos para pensar suas práticas comunitárias

René Unda Lara

Maria Fernanda Solórzano G.



FOTO Wiechert Visser

Por que é relevante o estudo das práticas que realizam os jovens das comunidades indígenas da Sierra Central do Equador? Como se constrói a categoria juventude indígena neste contexto e que condições possibilitam sua existência? Quem são estes/estas jovens indígenas e como processam a ‘questão política’ em suas práticas sociocomunitárias? Estas questões, que organizam a discussão que pretendemos desenvolver aqui, estão presentes nos distintos campos considerados na pesquisa de base sobre a qual se desenvolve este artigo.

Nesse sentido, e levando em conta que este trabalho não esgota as possibilidades analíticas e explicativas sobre o objeto de pesquisa, apresentaremos um breve compêndio dos eixos teórico-conceituais e metodológicos que atravessam a pesquisa “Práticas socioculturais de jovens indígenas na Sierra Central do Equador”, assim como uma seção dos principais resultados referentes a tais interrogantes. Propõe-se, basicamente, abrir linhas de debate em torno de algumas dimensões que configuram aquilo que, provisoriamente, se denominará práticas socioculturais de jovens indígenas em contextos de mudanças e transformações socioestatais, como acontece no caso equatoriano. Este artigo apresenta o estudo sobre a categoria juventude indígena no contexto de transformações do Equador, a partir de 1970, e, especificamente, depois do ano de 2006.

Desse modo, interessa examinar a noção de ‘juventude indígena’ como categoria emergente perante a visibilidade cada vez mais nítida dos/das jovens nas dinâmicas da comunidade indígena e na própria ‘sociedade urbana’, como resultado de uma série de processos diretamente vinculados ao trabalho, ao problema da terra e da educação, entre outros. Processos aos quais se vai agregar, em função das reconfigurações socioestatais atuais, o tema da mudança geracional no campo da política.¹

A categoria ‘juventude indígena’, por conseguinte, não se constrói nem opera no vazio, é produto das complexas interações ocorridas e em curso no interior das comunidades e organizações indígenas, assim como entre estas e outros atores.

Por isso, para indagar sobre a questão de quem são os/as jovens indígenas é que se escolheu, nesta pesquisa, a via conceitual e metodológica das ‘práticas’ (BOURDIEU, 1999; 2007), marcando-se uma distância em relação a determinados enfoques que partem de um suposto reconhecimento, atribuindo, ‘a priori’, atributos ou características identitárias para definir o jovem indígena, sem que, previamente, se tenha estudado suas práticas em campos específicos.

Levando em conta estudos prévios sobre a comunidade andina, consideraram-se vários campos de indagação: família, comunidade, escola, trabalho, política, religião e festa. Neste artigo se expõe uma breve síntese de resultados de pesquisa de vários destes

1. Em relação ao tema do relevo geracional no campo da política se incluem certos dados e informações, produzidos em 2014, obtidos na pesquisa sobre participação política dos jovens no Equador, que o CINAJ realiza desde o ano 2011. O relevo geracional, no contexto de tal pesquisa, está sendo examinado, sobretudo, desde a experiência da conformação dos Conselhos da Juventude que impulsiona a Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador (Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador), CONAIE, desde o ano 2011.

campos, cujas dinâmicas, vale mencionar desde o início, reproduzem-se mediante ‘habitus’ estreitamente vinculados entre si. Os campos produzem práticas e são, ao mesmo tempo, produtos de práticas; nessa relação os agentes (re)-produzem e põem em tensão habitus instituídos e habitus instituintes (BOURDIEU, 2007). No caso da comunidade indígena andina, é fundamental ter em conta este complexo jogo de disposições, considerando, sobretudo, os processos de transição sociocultural em que se encontra a comunidade atualmente.

Nesta parte introdutória, vale a pena assinalar uma necessária cautela referente ao caráter equivocado ou, ao menos, problemático, sobre o uso e sentido do termo ‘indígena’ atualmente, quando os povos e nacionalidades reclamam para si o reconhecimento como povos e nacionalidades com uma denominação própria (Puruhahes, Panzaleos, Chibuleos, Cañaris, Shuar, por mencionar alguns) que designa suas origens e ancestrais (UNDA y MUÑOZ, 2011).

Não obstante, e dado que em múltiplas interações que se desenvolvem no âmbito público, na dinâmica sociopolítica e na vida comunitária, a palavra indígena adquire uma potência histórica e identitária determinante, apresentando, além disso, amplas possibilidades práticas de identificação dos povos e nacionalidades originárias, neste artigo se utiliza a palavra indígena para designar os sujeitos jovens que desenvolvem determinadas práticas de (re)-produção sociocomunitária no contexto da sociedade e da estrutura comunal.²

Práticas dos jovens das comunidades indígenas da Sierra Central do Equador

Se o campo de estudos sobre juventude, no caso equatoriano, mostra um desenvolvimento relativo menor que em muitos outros países da região, os estudos sobre jovens indígenas são praticamente inexistentes. Uma marcada ausência de estudos sobre os processos de socialização e as relações intergeracionais na comunidade indígena andina têm impossibilitado conhecer o conjunto de práticas que as gerações jovens desenvolvem no contexto comunitário e na sua relação com espaços sociais mais amplos.

De fato, os evidentes vazios e ausências da questão indígena no campo de estudos de juventude não só fazem supor que a categoria juventude indígena não se tenha constituído como tal, senão que induzem, também, a arriscar conjecturas segundo as quais as práticas que desenvolvem jovens indígenas não seriam objeto de interesse acadêmico científico, nem teriam relevância social e política.

2. É pertinente lembrar aqui uma distinção muito concisa, mas importante, realizada por J. Sánchez-Parga (2001), entre o comunitário e o comunal, distinção segundo a qual o comunitário faz referência às práticas centradas no espaço do “nós”, onde não tem sentido o individual como possibilidade de reprodução dessa sociedade; e o comunal, nesta perspectiva, refere-se à estrutura política e administrativa que adota a vida comunitária em relação ao Estado.

Não obstante, a necessidade de indagar, analisar e explicar como se constitui o sujeito jovem indígena, quem são os/as jovens indígenas, suas práticas, suas demandas, expectativas e muitos outros aspectos, tem sido posta em evidência – mesmo que não com suficiente interesse – devido a uma série de motivos. Estes motivos vão desde as necessidades de informação e conhecimento que reclamam para si as organizações indígenas, como parte de seus insumos para a ação, até os requerimentos do Estado para tarefas de planejamento e execução de política pública.

Trata-se de compreender que, fundamentalmente, é o contexto de oportunidade política que se configurou no Equador desde 2006, o marco geral, entre outras coisas, que determina a necessidade de ampliar e diversificar o conhecimento sobre o ‘mundo indígena’. Conhecimento que já vinha se produzindo desde há várias décadas e que se concentrou, principalmente, no estudo de temas e problemas tais como as relações de produção, posse e usos da terra, transformações agrárias e modelos produtivos, estratégias de reprodução econômica e migrações, estrutura de autoridade e controle político, entre outros, considerados prioritários na comunidade andina (MURMIS, 1984; MARTÍNEZ, 1984; SÁNCHEZ-PARGA, 2006).

Este contexto, cujo ponto de referência inicial localizamos, para os fins desta análise, em 2006, ano pré-eleitoral no qual se intensifica o ciclo de mobilizações orientadas à transformação do Estado e da política, amplia as possibilidades de incorporação de temas relativamente inovadores na gama de interesses das pesquisas sobre juventude, contando-se, entre eles, vários referentes à situação dos jovens rurais e jovens indígenas. Mesmo que o maior volume de esforços tenha se concentrado no estudo das condições de saúde e de acesso ao sistema educativo das crianças e adolescentes (UNICEF, 2011), a preocupação com as condições de vida dos jovens indígenas manifesta-se em estudos que articulam problemas como a migração e o trabalho (SÁNCHEZ-PARGA, 2001; MARTÍNEZ, 1984), explicações para o debate sobre a condição juvenil indígena (UNDA y MUÑOZ, 2011) e formas de participação política (UNDA y LLANOS, 2012).

Nesta mesma perspectiva, os sinais de certo enfraquecimento e crise do movimento indígena, que vinham se evidenciando no início do presente século, constituem a possibilidade de problematizar uma série de fatos que formam parte da relação das diretorias indígenas com suas bases e com o sistema político. Um desses fatos está relacionado com o tema da substituição geracional no interior do movimento indígena, o papel e a perspectiva dos jovens no acionar político da escala territorial e os efeitos esperados na reconstituição do movimento indígena e a Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador (Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador – CONAIE) na cena política nacional.

Mesmo que a estrutura de direção da CONAIE, desde sua criação, esteja conformada por pessoas que se podem considerar jovens a partir de uma visão externa à dinâmica socio-comunitária indígena, ser jovem no contexto de tal dinâmica supõe considerar, que, de modo geral, ainda não se é parte da estrutura formal de autoridade comunal e, inclusive, da estrutura de ‘comunheiros’, que, para serem assim considerados, devem mostrar certos tipos de posses (animais, parcelas de terra) e terem formado uma família. Com

os processos de ampliação econômica e cultural urbana até os espaços rurais e comunitários, esta sorte de ‘requisitos’ vem sofrendo determinadas modificações que têm sido processadas de maneira particular, segundo suas necessidades, por cada comunidade.³

Ser jovem no contexto da comunidade indígena andina, por enquanto, comporta uma série de complexidades e tensões, nem sempre óbvias, devido ao fato de que os jovens representam, como categoria e como constatação empírica da noção de juventude, uma ideia ambivalente no processo de transformação da comunidade indígena: sujeito que ainda não goza da confiança da estrutura de autoridade comunal (diretoria, conselho, associação), mas que, dependendo de suas ações em favor da comunidade e de seu nível de escolarização, pode ser parte da direção mesmo que em termos etários continue sendo considerado jovem.

A emergência e visibilidade da ideia de juventude indígena e dos próprios jovens indígenas, como já se analisou em trabalho precedente, é relativamente recente (UNDA y MUÑOZ, 2011). A passagem entre a infância e a integração ao mundo adulto indígena era bastante reduzida pela necessidade de uma rápida incorporação da criança às atividades produtivas e de serviço que permitiam a subsistência familiar. É, sobretudo, com a ampliação da escola e de sua obrigatoriedade imposta pelo Estado, que as noções de infância, adolescência e juventude se consolidam e abrem um espaço de maior presença na vida comunitária.

Ao mesmo tempo, os crescentes processos de ampliação e intensificação de estratégias de produção socioeconômica urbana, expressados no campo das migrações laborais, introdução de novas práticas nas comunidades, assim como novos objetos e tecnologias, situam os jovens como atores centrais das transformações comunitárias e do que, em termos mais amplos, temos denominado dinâmicas rurbanas, para designar o conjunto heterogêneo de práticas sociais que representam misturas, hibridações e miscelâneas entre o urbano e o rural (UNDA y LLANOS, 2014).

No entanto, por razões que podem ser perfeitamente explicáveis, mas que excedem os limites deste trabalho, nas práticas políticas da estrutura de direção indígena, nos seus distintos níveis (associações, organizações de segundo grau, federações), não esteve presente, como em várias das estruturas políticas partidárias clássicas de tradição urbana, a ideia ou necessidade de conformar uma estrutura política de ‘juventudes indígenas’, senão de modo muito recente.

Devido a isto, em abril de 2011, a CONAIE formula o mandato para a conformação dos Conselhos da Juventude Indígena, cuja estrutura de funcionamento se dá em nível nacional e em nível local, para a execução de um plano geral de trabalho voltado à formação política

3. A tão arraigada ideia de que “nenhuma comunidade é igual à outra”, apresentada por autores de referência – como Luciano Martínez y J. Sánchez-Parga – nos estudos da comunidade indígena andina no caso equatoriano, sustenta-se em constatações e descobertas de pesquisa que mostram que, a despeito da existência de problemas comuns e compartilhados entre comunidades, suas genealogias, atores e formas de processá-los configuram características distintas entre elas.

de jovens indígenas e à recuperação de princípios e práticas tradicionais ancestrais como fonte primordial de sua identidade. Tudo isso no marco dos eixos e objetivos da CONAIE.⁴ O processo impulsionado pela estrutura central dos Conselhos da Juventude tem gerado, por um lado, dinâmicas organizativas locais cujo funcionamento se apresenta heterogêneo e, inclusive, desigual entre uma e outra província. Porém, como se tem podido constatar na pesquisa, a partir desta estrutura organizativa, os jovens indígenas encontram um espaço para reafirmar suas propostas políticas assim como questionar as diversas ideologias políticas dentro do movimento indígena.

Um dado relevante, ao final deste trabalho, é que os Conselhos das províncias da Sierra Central (Cotopaxi, Tungurahua y Chimborazo) se encontram formados e em funcionamento, ainda que não se perceba, com suficiente nitidez, se suas práticas participativas mostram resultados qualitativamente distintos das dos Conselhos que têm funcionado de maneira intermitente ou que não terminaram de se constituir ainda.

Evidentemente, estes processos referentes à organização dos Conselhos comportam consideráveis níveis de complexidade que não têm sido objeto de estudo sistemático, mas que poderiam contribuir significativamente à compreensão acerca das condições que determinam a necessidade de conformar os Conselhos de Juventude, as articulações com as distintas instâncias da estrutura de autoridade da CONAIE e do Estado, em função de produzir hipóteses e explicações que deem conta das possibilidades de reconstituição do movimento indígena, da CONAIE e de sua reinstalação como ator protagonista na vida política nacional. Acreditamos que, principalmente, nesta questão localiza-se a importância atual do estudo das práticas de jovens indígenas nas províncias da Sierra Central do Equador, sem desmerecer, entretanto, várias outras que realizam jovens de comunidades que não participam dos Conselhos ou aquelas que desenvolvem jovens indígenas na cidade, fora do espaço físico comunitário.⁵

Emergência da categoria de juventude indígena

A emergência e visibilidade relativamente recente da categoria juventude indígena se explica, em grande medida, pelas razões apresentadas na seção anterior: até o 2007, quando o governo da Revolução Cidadã assume a condução governamental do Estado, havia um escasso ou nulo interesse acadêmico e institucional expresso numa marcada ausência de políticas públicas voltadas ao estabelecimento de uma estrutura que propicie a igualdade de oportunidades, sobretudo nos âmbitos de educação e saúde.

Por outro lado, as mesmas dinâmicas de relacionamento e reprodução comunitárias, em que bem se reconhece a presença de 'jovens', não permitem ou dificultam o reconheci-

4. Entrevista com Severino Sharupi, presidente dos Conselhos da Juventude da CONAIE. Março, 2014.

5. Um caso que ilustra a afirmação é o da organização SumakRuray, formada por jovens indígenas procedentes da Sierra Norte e Centro, que têm como objetivo central a produção de várias formas de arte (pintura, teatro, vídeo) como estratégia para o fortalecimento da sua identidade.

mento da ‘juventude’ como um espaço sociocomunitário definido com certos contornos e demarcações que os distinga dos adultos, devido, sobretudo, a determinadas condições de precariedade e necessidades de sobrevivência.

Numa perspectiva histórica de maior alcance, a análise de vários fatores de ordem estrutural referentes à configuração da estrutura hierárquica e das relações de dominação de matriz colonial, como antecedentes da reprodução da sociedade comunal na Sierra Central do Equador, mostra a virtual impossibilidade de constituição do espaço social da juventude indígena até épocas recentes (UNDA y MUÑOZ, 2011).

Na medida em que a população indígena era objeto de submissão e exploração através da relação com a terra, a forma predominante de socialização comunitária se concentrava no trabalho que deviam cumprir os membros da família. Com isso, impedia-se o estabelecimento de um espaço social denominado juventude, tal qual ocorreu com a invenção social da juventude no espaço urbano, onde a presença da escola e da educação escolarizada se foi convertendo em passagem obrigatória da infância à idade adulta.

Em outras palavras, a débil e parcial presença da escola na comunidade indígena, até praticamente os anos 1970, explica a inexistência de um espaço social em que se produza juventude, com espaço e temporalidade distintos aos da infância e da maturidade. Simplesmente, as crianças que estavam crescendo nem sempre dispunham de um espaço físico que as identificasse como um setor ou grupo etário particular. Tratava-se de jovens que, mal deixaram de ser crianças, incorporaram-se rapidamente às práticas desenvolvidas por seus pais para garantir o sustento econômico familiar. Além disso, os/as jovens indígenas viviam um período de juventude muito curto com relação à juventude urbana ou relativamente inexistente, já que, uma vez que deixavam de ser crianças, assumiam os padrões que a comunidade lhes atribuía para sua reprodução cultural e biológica.

Tal situação constitui a principal razão pela qual a juventude indígena, enquanto categoria histórica e analítica, seja uma ‘invenção’ relativamente recente no contexto da sociedade equatoriana. É com os processos de urbanização dos anos 50 e 70 do século XX que o espaço social da juventude indígena começa a configurar-se em sua singularidade e não mais apenas como produto da ampliação da cobertura educativa escolar impulsionada pelo Estado, senão também pela convergência de processos relacionados com o problema da terra, a migração e a diversificação da demanda de força de trabalho exercida desde os centros urbanos.

De fato, as transformações estruturais da economia e da política que aconteceram sobretudo na década de 1970, quando o Equador se converte num país petrolífero, assentam-se nas dinâmicas de urbanização crescente da sociedade equatoriana perante o inevitável esgotamento da estrutura de relações ancoradas na fazenda, que, depois da reforma agrária iniciada em 1964, terminou na minifundialização⁶ da terra com a consequente precarização das condições de produção para os pequenos produtores, ou seja, para a maior parte da população indígena.

6. N.T.: “minifundización”, em espanhol.

Neste cenário, a busca de melhores condições de vida encontrou nos processos migratórios do campo à cidade uma de suas estratégias mais recorrentemente utilizadas. No intervalo de uma década, a sociedade equatoriana inverte sua composição demográfica de uma maioria de população rural a uma maioria de população urbana (QUINTERO, 1999).

A possibilidade real de produção de condições para a população migrante estava dada pela incorporação da ‘mão de obra’ a diversos trabalhos relacionados com o setor de serviços e com o âmbito da construção, onde se necessitavam de pedreiros e peões. E, por outro lado, a obtenção de condições econômicas para a sobrevivência implicou o surgimento de um, cada vez mais forte, setor informal urbano (DE MIREN, 1995).

Todos estes fatores e processos determinaram uma progressiva e mais clara segmentação das faixas de idade na comunidade indígena andina e, de modo óbvio, a presença visível de sujeitos jovens que começaram a desenvolver de maneira mais complexa um conjunto de práticas que os distinguiram das crianças e adultos de suas comunidades. De forma adicional, os processos de urbanização, nos quais intervinham estes jovens, propiciavam a adoção de novos estilos de vida e pautas de comportamento que, definitivamente, terminaram por diferenciar os jovens das crianças e dos adultos. Constituiu-se assim, com suas próprias singularidades e particularidades, o espaço social ‘juventude indígena’ no contexto das relações comunitárias.

Não obstante, no campo de estudos de juventude existe um grande consenso acerca da presença marginal ou minoritária da juventude indígena. Trata-se de uma categoria que não tem ainda uma especial importância, exceto em certos países nos quais a trajetória e presença do indígena exige seu estudo.

Jovens indígenas hoje: quem são?

A urbanização crescente da sociedade tem produzido corpos e sujeitos com características particulares, processo que também afeta os jovens indígenas. Não só se trata de um “jovem crescentemente urbanizado” (CINAJ, 2012) como se observa, em tal urbanização, uma diversificação cada vez mais notória de suas práticas e estilos de vida, mesmo que tais práticas sejam realizadas em condições de precariedade e alto risco. Neste sentido, não resultam estranhas as modalidades e trajetórias de incorporação de jovens indígenas, de modo permanente ou não, a grupos e formas associativas juvenis vinculadas a práticas de violência.

Nota-se a ampliação de processos de ‘rurbanização’ (UNDA y LLANOS, 2014), sobretudo nas comunidades mais próximas aos centros paroquiais, cabeceiras regionais e agrupamentos urbanos em geral. A ‘rurbanização’ faz referência a experiências e processos de mistura, hibridações e miscelânea daquilo que uma sociedade tem definido como urbano e como rural nas diversas ordens e âmbitos da vida social. Em tais processos, a educação escolarizada e as tecnologias da informação têm um papel central na constituição da categoria jovem indígena já que, como se constata no trabalho realizado em várias

comunidades indígenas, a presença de cybercafés tem crescido enquanto a participação de jovens na produção agrícola diminui.

O âmbito da família mostra transformações substantivas devido à intensificação de processos migratórios e suas variações. Os ciclos migratórios adotam morfologias múltiplas e variadas que provavelmente estão incidindo nos processos de socialização familiar de crianças indígenas. Assim mesmo, as intensidades variáveis com que se apresenta o fenômeno da descomunalização (Sánchez-Parga, 2001) da comunidade andina altera diretamente a dinâmica familiar comunitária.

Em tal contexto, as práticas desenvolvidas pelo sujeito jovem indígena da comunidade andina se caracterizam por uma marcada observância e apego aos hábitos instituídos, à norma estabelecida. A partir das perspectivas dominantes do campo de estudos de juventude, poderia se supor uma forte constituição heterônoma do sujeito jovem indígena a contrapelo da figura de autonomia atribuída às juventudes urbanas. Não obstante, existem significativos indícios de que o que temos denominado provisoriamente “constituição heterônoma do sujeito jovem indígena” (Unda y Llanos, 2012) seja uma das fontes explicativas da autonomia que o sujeito indígena desdobra nas decisões que toma, quase sempre em um limitado marco de opções, assim como num considerável repertório de resistências perante suas condições reais de existência.

A escola constitui o principal dispositivo no qual a juventude indígena é reconhecida e nomeada como tal. No espaço educativo escolarizado se legitima o status de juventude indígena e se produzem subjetividades ancoradas em novas experiências de individuação que, fundamentalmente, apontam à constituição de um sujeito ilustrado e certificado para ingressar no mercado de trabalho, assim como também com maiores possibilidades de reconhecimento por parte de sua comunidade. Um dado relevante é que a principal e unânime demanda dos jovens e adultos das comunidades onde se desenvolveu a pesquisa refere-se ao acesso à educação média e superior. E a carreira na qual majoritariamente se concentram as aspirações e expectativas dos/das jovens é a engenharia de sistemas (CINAJ, 2012).

No campo político, a estrutura de autoridade comunal representada pelo conselho e a diretoria da comunidade exerce funções de reconhecimento, legitimidade ou sanção para os jovens que se dispõem a participar nas atividades decididas pela assembleia ou pela diretoria da comunidade. Nesse espaço, forjam-se lideranças que habitualmente estão construídas desde antecedentes familiares: uma mínima biografia do sujeito mostra claramente que os filhos de dirigentes têm maiores probabilidades de serem dirigentes mesmo que, no momento atual, não possamos afirmar, nem como tendência ou projeção, que os filhos e filhas de dirigentes demonstrem interesse e disponibilidade em participar politicamente a partir do movimento indígena.

A questão política adota, em primeiro plano, funções de representação dos interesses dominantes dentro de uma comunidade. A representação comunal se produz e legitima com referência ao serviço que um ‘comunheiro’ possa oferecer a sua comunidade. É neste ponto que a presença dos jovens durante os últimos 10 anos tende a se tornar cada vez mais decisiva, pois as ajudas ou serviços concretos demandam com maior frequência

conhecimentos e competências que as gerações jovens têm adquirido na educação escolarizada e através das interações com as dinâmicas urbanas. Tarefas como o planejamento orçamentário, a interlocução com atores externos à comunidade, o encaminhamento das decisões da assembleia, a elaboração de atas, convocatórias, participação e articulação com organizações etc. supõem que sejam colocados numa posição de tomada de decisões aqueles que decidiram participar ativamente na vida política da comunidade.

Mesmo que a experiência neste tipo de tarefas usualmente resulte fundamental nas dinâmicas das interações comunitárias e na relação com instâncias do setor público, o capital cognitivo tende a se localizar como o primeiro fator de importância entre os que integram a estrutura de autoridade comunal. E, nessa medida, são os/as jovens que estariam representando a voz autorizada na tomada de decisões.

Não obstante, e apesar de que a representação política de várias comunidades e organizações são exercidas por jovens, o exercício de poder pelos adultos e 'líderes históricos' é notoriamente maior que os vetores de poder que exercem ou podem exercer os líderes jovens no contexto político atual. Em relação a isto, resultam muito ilustrativas as testemunhas de vários líderes e representantes jovens que participaram em maio passado no último congresso da CONAIE, realizado em Ambato: "não contamos com um apoio firme e com toda a confiança dos adultos na organização" (jovem presidente de comunidade, Prov. de Cotopaxi); "os idosos que estão na diretoria não nos fazem caso e nós como jovens não estamos de acordo com muitas das coisas que eles fazem e decidem, isto deve mudar" (jovem estudante universitária vinculada à CONAIE – Ecuarrunari).

Deve indicar-se, por fim, que no complexo cenário de mudanças e transformações sociopolíticas que estão ocorrendo no Equador, o escasso conhecimento produzido sobre jovens e juventudes indígenas requer um compromisso institucional mais amplo e explícito por parte do Estado, das universidades e das mesmas organizações indígenas, se é que se quer pensar seriamente nas condições e possibilidades de renovação, ampliação e aprofundamento democrático no Estado equatoriano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, P. (1999). Razones prácticas. Sobre la teoría de la práctica. Barcelona: Anagrama.
- BOURDIEU, P. (2007). El sentido práctico. Argentina: Siglo XXI Editores.
- CINAJ (2012). Prácticas socioculturales de jóvenes indígenas en la Sierra Central del Ecuador. Informe de investigación. Quito: UPS (não publicado).
- DE MIREN, C. (1995). Estudio sobre el sector informal urbano en el Centro Histórico de Quito. Quito: Orstom.
- MARTÍNEZ, L. (1984). De campesinos a proletarios. Cambios en la mano de obra rural en la Sierra Central del Ecuador. Quito: Ed. El Conejo.
- MURMIS, M. (1984). La hacienda en la Sierra Norte de Ecuador. Quito: Mimeo UCE.
- QUINTERO, R. (1999). Ecuador, una nación en ciernes. Quito: FLACSO.

SÁNCHEZ-PARGA, J. (2001). Crisis en torno al Quilotoa. Mujer, cultura y comunidad. Quito: CAAP.

SÁNCHEZ-PARGA, J. (2006). El movimiento indígena en Ecuador. Quito: CAAP.

UNDA, R. y LLANOS, D. (2012) Participación política de jóvenes en Ecuador. Estudio cualitativo de 12 formas asociativas juveniles. Quito: IDEA-Ágora Democrático (Informe de pesquisa não publicado).

UNDA, R. y LLANOS, D. (2014). “Producción social de infancias en contextos de cambios y transformaciones rurbanas”. En, Llobet, V., (Compiladora). Pensar la infancia desde América Latina. Un estado de la cuestión. Buenos Aires: CLACSO.

UNDA, R. y MUÑOZ, G. (2011). La condición juvenil indígena. Elementos iniciales para su construcción conceptual. En, Revista Última Década, No. 34, junio-diciembre 2011. Valparaíso: CIDPA.

UNICEF (2011). Informe de situación de los derechos de la niñez y adolescencia en Ecuador 2001-2010.

PALAVRAS- CHAVE: jovens, indígenas, práticas, Equador.



René Unda Lara

Sociólogo. Dr. (c) em Ciências Sociais, Infância e Juventude. Professor pesquisador da Universidade Salesiana do Equador. Diretor do Mestrado em Política Social de Infância e Adolescência, UPS. Diretor do Centro de Investigación sobre Niñez, Adolescencia y Juventud (Centro de Pesquisa sobre Infância, Adolescência e Juventude), CINAJ-UPS. Membro da equipe coordenadora do GT “Juventudes, Infancias: Políticas, Culturas e Instituciones Sociales” (Juventude, Infâncias; Políticas, Culturas e Instituições Sociais), CLACSO.

reneunda78@gmail.com



Maria Fernanda Solórzano G.

Comunicadora Social. Mestra em Ciências Sociais com orientação em Desenvolvimento Sustentável. Professora-IPesquisadora da Universidade Politécnica Salesiana do Equador. Pesquisadora do Centro de Investigación sobre Niñez, Adolescencia y Juventud (Centro de Pesquisa sobre Infância, Adolescência e Juventude), CINAJ-UPS.

A importância do trabalho na transição para a vida adulta

Renata Alves de Paula Monteiro

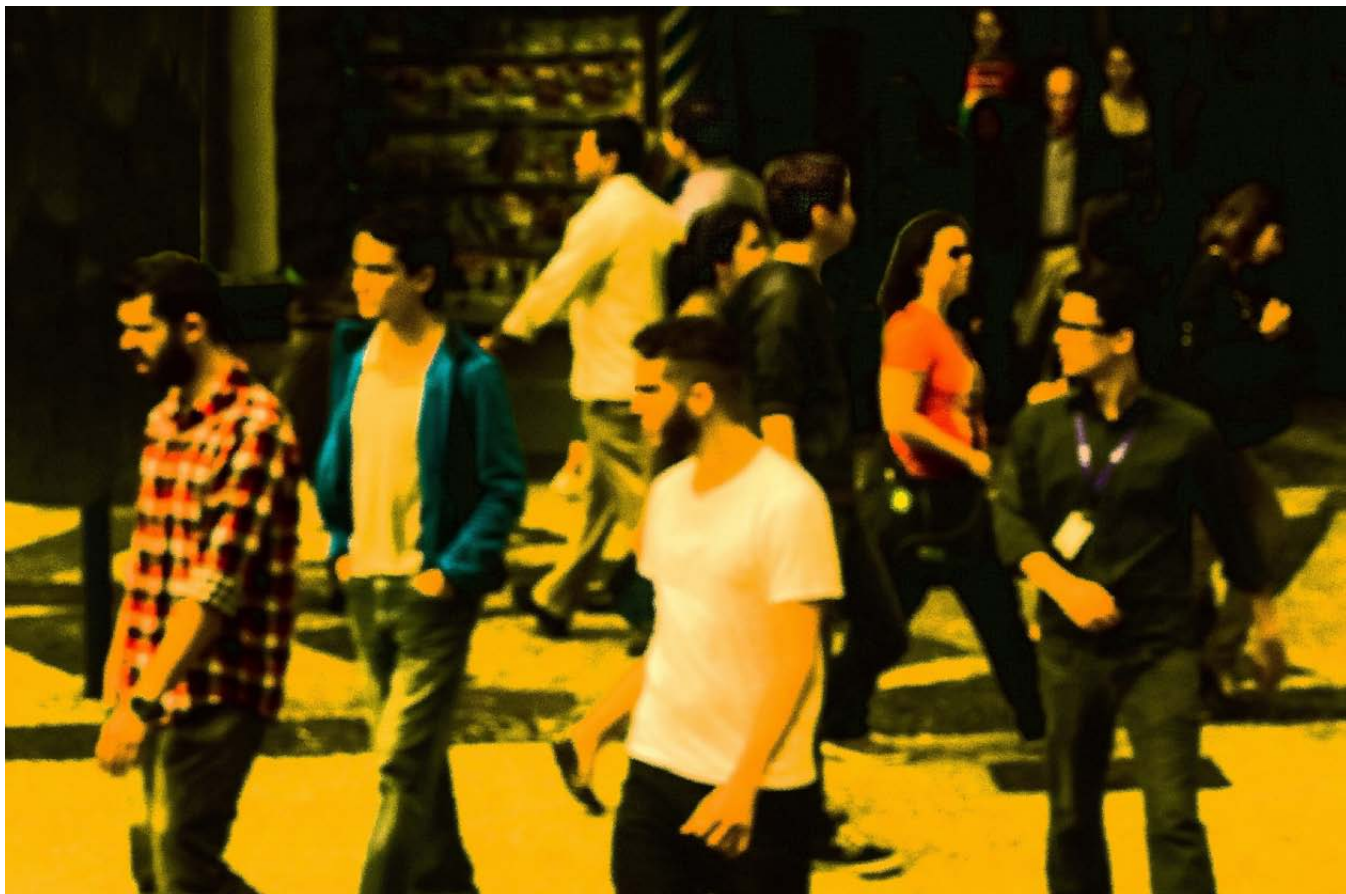


Foto Valcir F. de Siqueira

Toda criança e jovem se deparam, em algum momento de sua vida, com a questão: O que você vai ser quando crescer? A resposta dada e esperada, quase sempre, diz respeito a uma identificação com uma profissão, um trabalho, um emprego.

O trabalho ocupa lugar central na vida cotidiana. É centro de preocupações e investimentos individuais e coletivos; é fonte de renda, estrutura nosso calendário, é mecanismo de integração social. Entretanto, passamos, na atualidade, por um momento de reconfiguração dos valores, tradições e instituições que até o momento vinham servindo de orientação para nossas vidas, tanto na esfera privada quanto na esfera pública. “O trabalho apresenta-se como uma das esferas mais atingidas por mudanças relacionadas a processos de individualização e flexibilização, e tendo em vista sua importância como

organizador da vida em sociedade, pretendemos neste artigo discutir como estas mudanças impactam os jovens, e principalmente, o momento de entrada na vida adulta.”¹

Num panorama de crise do emprego, que tem tido suas modalidades, funções e significados reformulados, são os jovens que se encontram mais vulneráveis a essas mudanças. E para atenuar os efeitos desta crise, esses sujeitos têm sido “convidados a permanecerem fora do jogo” (nas palavras de BOURDIEU, 1983), em uma moratória que se prolonga cada vez mais, não ameaçando assim os poucos postos de emprego ainda disponíveis para os adultos.

Malgrado este panorama pessimista, observamos que o trabalho constitui ainda um valor importante e desempenha uma função especial para os jovens, tanto no Brasil, quanto em outros países (GUIMARÃES, 2004; KORMAN, 2007; PROVONOST & ROYER, 2004). No processo de transição para a vida adulta, encontram-se em jogo diversos elementos – conjugalidade, parentalidade, fim da escolaridade, saída da casa dos pais. Entretanto, o nosso foco incidirá sobre o trabalho, uma vez que o reconhecemos como elemento possibilitador dos demais, como, por exemplo, através da independência econômica, aspecto bastante ressaltado pelos jovens como atributo da vida adulta.

A importância do trabalho na construção da identidade adulta

A partir da ideia de socialização² e construção de identidade, podemos pensar que o momento de inserção profissional pode ter um papel importante na construção de uma identidade de adulto, uma vez que o adulto tem seu papel social tradicionalmente associado ao de trabalhador. A etapa de vida de estabelecimento da identidade adulta é tradicionalmente marcada pela inserção profissional.

A ideia de inserção no trabalho só ganhou sentido social – através da ideia da passagem de aluno para trabalhador – no final do século XIX a partir da institucionalização da escolarização compulsória (DUBAR, 2001 apud GUIMARÃES, 2006). No auge da Modernidade, período de intenso crescimento e desenvolvimento pós-Guerra, os jovens passaram a ter uma “passagem pré-programada”, uma passagem da escola ao emprego de maneira quase imediata e automática.

Entretanto, ao final da década de 1970, os jovens deixaram de vivenciar essa segurança da “passagem pré-programada” e passaram a enfrentar uma situação de “inserção aleatória” (GUIMARÃES, 2006) devido a mudanças na esfera do trabalho e no sistema de

1. Este artigo é parte do trabalho desenvolvido na tese de doutorado “A transição para a vida adulta no contemporâneo: um estudo com jovens cariocas e quebequenses” (MONTEIRO, 2011).

2. Tomamos aqui como referência a concepção de Pimenta (2007), para quem a socialização “é um processo de construção de identidade social por meio da interação/comunicação com os outros, em que os indivíduos se apropriam subjetivamente do mundo social a que pertencem, ao mesmo tempo em que se identificam com papéis que aprendem a desempenhar corretamente” (p. 128).

emprego, quando a esfera de trabalho passa a sofrer efeitos de processos de individualização, característicos do momento atual.

“[...] o trabalho – ou a inserção no trabalho, para seguir nos termos precedentes – passa a carecer de rumo predeterminável, adquirindo um sentido algo caótico, com intensas transições entre situações ocupacionais, já que as trajetórias profissionais não são mais previsíveis a partir de mecanismos de regulação socialmente institucionalizados. A individualização decorrente põe nos ombros do trabalhador, jovem ou adulto, a responsabilidade de enfrentar todas as incertezas e novos riscos, enquanto gerenciador solitário do seu próprio percurso” (GUIMARÃES, 2006:175-176).

O jovem hoje se vê confrontado a dar conta do paradoxo entre um destino (ainda) socialmente esperado – que codificava a passagem à vida adulta como um movimento que, começando na família, estendia-se à escola e culminava com a inserção no mercado de trabalho e com a participação política – e as suas (escassas) chances de realização para parcela não-desprezível das novas gerações (GUIMARÃES, 2006).

Mas ao longo da história da humanidade, parece ser a transformação em um sujeito-produtivo, ou seja, em um indivíduo inserido na lógica de produção e contribuição na sociedade, que tem configurado para o jovem – seus pares e a comunidade da qual faz parte – a sua assunção a uma identidade adulta, a um reconhecimento enquanto adulto. É, portanto, no momento de entrada na vida adulta que se espera, tradicionalmente, que por sua transformação em um sujeito-produtivo, o jovem encontre um novo lugar no sistema social e ao mesmo tempo sofra transformações em sua subjetividade no sentido de tornar-se adulto.

Na lógica de uma equivalência de sujeito-produtivo e sujeito-adulto, no momento em que esse espaço da produção passa por modificações, é de se esperar que efeitos sejam sofridos na passagem para a vida adulta. Segundo Korman, “[...] o jovem se encontra diante da demanda de absorver todas as transformações, dando-lhes sentido dentro da expectativa de ascender à condição de sujeito-produtivo” (2007, p. 30). E, podemos acrescentar, sujeito-adulto. O trabalho, ao invés de ser um papel social, com a função de organizar e orientar a entrada na vida adulta, passa ao registro de “escolha”, a ser considerado como uma expressão de autorrealização. Ao invés de, por exemplo, se seguir a profissão de professor por ter um histórico na família de professores, a escolha de ser professor se encaminha como resultado do desenvolvimento de um processo identitário auto-referenciado.

Birman (2006) e Costa (2006) falam de implicações de mudanças operadas na esfera da natureza do trabalho no “tornar-se adulto”. Birman (2006) afirma que “os impasses econômicos e sociais da sociedade brasileira contemporânea criam um gargalo seletivo, que é preocupante para a juventude, configurando uma situação bastante diferente da que existia nos anos 1960, quando o leque de possibilidades existentes no mercado de trabalho era bem maior” (BIRMAN, 2006, p.39). Costa (2006) fala da perda do valor do trabalho enquanto referencial para os jovens: “[...] Pensemos bem: lutamos durante séculos e séculos para mostrar que o trabalho dignifica o sujeito; que o trabalho era fonte de virtudes como a previdência, a diligência, a disciplina, a responsabilidade etc. De repente, tudo isso parece conversa de tolo [...]” (COSTA, 2006, p. 20). Devido ao desemprego, a crise tem

como consequência a redefinição do horizonte temporal no qual os indivíduos pensam seu futuro. Para os jovens, a temporalidade na qual eles são convidados a inscrever suas aspirações profissionais toma uma forma diferente.

A importância do trabalho na transição para a vida adulta na fala dos jovens

Apresentaremos a seguir alguns dados de pesquisa realizada sobre a transição para a vida adulta e sua relação com a questão do trabalho. Participaram da pesquisa 19 jovens cariocas e quebequenses, com idades entre 25 e 30 anos (12 jovens do sexo feminino e 7 jovens do sexo masculino), e com curso superior completo. Ao se discutir o contexto da entrada na vida adulta a partir dos conceitos de individualização e desinstitucionalização, consideramos a pertinência da realização desse estudo com uma faixa circunscrita da juventude brasileira, a de jovens de classe média.

Os jovens participantes deste estudo, em seus relatos, parecem dar um destaque ao trabalho enquanto fator importante neste momento de entrada na vida adulta, ao contrário do que vem sendo afirmado por alguns autores, para os quais o trabalho não seria mais importante ao se falar em adultidade (BOUTINET, 1998; GORZ, 1988). O trabalho é critério definidor para identificar-se como adulto ou não, seja enquanto presença ou falta, como no caso dos jovens cariocas. A ideia de responsabilidade, por exemplo, tão estritamente associada à ideia de adulto, é expressa por muitos como responsabilidade econômica de poder se sustentar ou sustentar uma família. A independência econômica ganha destaque entre jovens como condição para o que eles denominaram como independência emocional, ou seja, como condição para estabelecimento de uma segurança subjetiva para poder se reconhecer enquanto adulto. Entretanto, a experiência de aproximação do universo do trabalho difere para jovens cariocas e jovens quebequenses, sendo que estes últimos, em função de contextos sócio-culturais e econômicos, parecem ter acesso a experiências prévias de trabalho, mesmo que informais, facilitando o acesso à vida adulta em uma moratória mais “permeável”.

Na análise das entrevistas com jovens de Quebec, constatamos de maneira marcante a ênfase dada por esses sujeitos à ideia de que o trabalho deve ser algo prazeroso, significativo e que tenha uma função social, uma vez que se passa uma grande parte da vida nesse meio. O trabalho deve possibilitar, acima de tudo, a felicidade e uma maneira de autorrealização.

“O sentido do trabalho? Você deve gostar do seu trabalho, as pessoas devem aproveitar seu trabalho. Já que vai gastar tanto tempo nele, você tem que se interessar por ele. [...] Você deve ter um interesse, houve vários momentos da minha carreira onde eu não queria levantar de manhã, eu tinha dor de cabeça, quantas noites eu tive dor de cabeça porque eu tinha que voltar pro trabalho. Então você deve gostar do trabalho, sabe, deve ser um lugar onde você queira estar. [...]” JÉRÉMIE, 30 ANOS, QUEBEQUENSE.

Não se consumir no trabalho, dar mais importância à convivência social, isso parece estar relacionado à posição que defendem categoricamente de que o trabalho não deve estar reduzido à questão financeira, do ganhar dinheiro. Admitem preferir escolher um trabalho que pague menos, mas que seja de seu gosto, para que possam se sentir mais satisfeitos e mais felizes.

É como se a associação com o fato de haver uma recompensa financeira para o trabalho, o que parece ser por eles associado à sociedade de consumo, tenha que ser imediatamente rechaçada.

“Pra mim, o trabalho é importante, é a base. Deve-se trabalhar na vida. Por que estudar tanto se não for pra trabalhar? Mas como eu já disse o salário não deve prevalecer sobre a qualidade do trabalho. É preciso que eu ame o que eu faço. Não posso ficar num trabalho que não goste. Prefiro me privar de algumas coisas financeiras que fazer algo que não ame.” Anne-Sophie, 26 anos, quebequense.

Lembremos que essas falas são de jovens que, ao contrário dos jovens cariocas, desfrutam de um sistema de apoio, principalmente de políticas públicas, que podem proporcionar esse tipo de posicionamento.

Quando o trabalho é compreendido pelos jovens com conotação negativa, associada ao dinheiro e à sociedade de consumo, ele perde importância no lugar que possa ter em suas vidas.

“Digamos que eu coloco a família, eu coloco os amigos, eu coloco tudo isso bem antes do trabalho. [...] Eu acredito que meu trabalho... é importante trabalhar para se sustentar, para viver... É preciso um mínimo de dinheiro para viver e tal. [...] Porque é preciso se sustentar, mas é preciso também ser feliz com o que se faz [...]” MARTIN, 28 ANOS, QUEBEQUENSE.

O que parece estar sendo construído pelos jovens é uma nova ética do trabalho, na qual eles constroem limites a seu engajamento no trabalho.

Já no Brasil, diferentemente do que fora indicado na fala dos jovens quebequenses, o trabalho não assume conotação tão negativa, sendo apontado inclusive como fazendo parte do processo de constituição como pessoa. Também assume a função de promoção de reconhecimento e permite a impressão de se sentir útil e parte da sociedade. O trabalho parece ter um valor mais central, noção que foi recusada pelos quebequenses, o que nos faz pensar que os efeitos do processo de individualização e seu discurso de flexibilidade parecem impactar menos os jovens cariocas. A condição de flexibilidade, que vem se tornando hegemônica e reformulando as formas, relações e leis na esfera do trabalho, é transposta para a subjetividade, logo, impondo ao sujeito também uma flexibilidade em sua maneira de ser e estar no mundo. Se percebemos, por um lado, que as condições econômicas e socioculturais possam prejudicar os jovens cariocas na vivência da moratória, como vimos, a tornando mais impermeável; por outro lado, protege-os dos efeitos do discurso individualizante.

“Ah, a importância... eu acho que o trabalho é tudo hoje em dia, assim, eu acho que se eu não tivesse o meu trabalho, eu acho que eu seria uma outra pessoa. Eu acho que a maior parte do meu dia, da minha vida hoje em dia, tá em função do meu trabalho e como eu sou. Eu acho que foi importante, sim, pra passagem pra vida adulta, eu acho, faz o que motiva, né, é o que motiva a ser minha vida, o que eu busco na minha vida, hoje em dia, é o meu trabalho. Como é que se diz... os meus planos, meus planejamentos, tudo tá focado no que eu faço hoje... no meu trabalho...” CRISTINA, 29 ANOS, CARIOCA.

“Eu acho essencial, porque assim é como se fosse assim, eu não imagino a minha vida sem trabalhar, você sabe? É... eu acho que... que é essencial porque eu acho que te traz alguma coisa que, por exemplo, que só a família, só o marido e filhos não traria. Eu acho que tem uma coisa de realização, crescimento, de desafio, relacionamento também porque é outra relação. [...]”. PATRÍCIA, 27 ANOS, CARIOCA.

Da mesma forma que os jovens quebequenses, uma dimensão subjetiva do trabalho é ressaltada pelos jovens cariocas, não os restringindo à questão da subsistência, apesar de esta estar presente.

“Foi, ah eu acho fundamental, eu não me vejo sem trabalhar. Eu acho assim fundamental porque você se sente útil, não é só o dinheiro, eu acho que tem uma recompensa de você se sentir útil, de estar fazendo alguma coisa para beneficiar outras pessoas, eu acho que isso tem um valor muito grande pra mim”. HELENA, 30 ANOS, CARIOCA.

“O trabalhar? Eu acho muito importante que realmente você ficar parada em casa, a impressão que dá é que o tempo está passando. O trabalho, ele dignifica o homem como diz o ditado, ele é fundamental. É muito importante trabalhar, é muito importante você ter aquele elo de trabalho, aquelas coisas, as responsabilidades do trabalho, até pra você ir realmente se desenvolvendo como pessoa.” DENISE, 25 ANOS, CARIOCA.

Os jovens de Quebec reconhecem o trabalho como parte de sua identidade, mas o trabalho descrito como realização pessoal, como papel social e fonte de prazer e felicidade. O que se faz, de certa forma, tem uma equivalência com o que se é, por isso o trabalho deve ser útil, ter uma utilidade para a sociedade. Mais do que isso, a escolha do que se faz é produto de um processo de se individualizar.

“Porque aqui as pessoas se definem muito pelo trabalho deles. Então aqui quando você pergunta pra uma pessoa quem é você? A pessoa vai falar, eu sou professora. Então o trabalho é muito, muito importante. Demais talvez. Então pra mim é algo importante. É algo que faz tanto parte da cultura que eu mesmo, quando eu estou fora do Québec eu faço essa pergunta, o que você faz na vida. E o que faz é o trabalho, não tem a ver com as outras coisas. Então quando eu conheço uma nova pessoa sempre vou falar do trabalho porque sinto que, a pessoa, que o trabalho fala muitas coisas sobre a pessoa.” MAUDE, 28 ANOS, QUEBEQUENSE.

Entretanto, os jovens procuram não se apresentar com sua identidade reduzida ao trabalho ou definida somente por esse aspecto. É como se a relação entre identidade e trabalho estivesse a todo o momento tensionada, na tentativa de se evitar uma totalização ou um encapsulamento pelo trabalho.

“Não, eu não iria querer isso. Eu estou sempre... porque... porque eu preciso de um sentido de equilíbrio na vida. Eu acho que ficaria muito infeliz se tomasse muito lugar e me definisse e se me define eu acho que toma muito lugar. [...] e aí não tem muito lugar pro resto, família, amigos, sua vida amorosa, entende, esportes, o que seja.” ISABELLE, 25 ANOS, QUEBEQUENSE.

Da mesma forma, essa ideia de não-totalidade também é defendida pelos jovens cariocas

“É de ser reconhecida como profissional também. Eu acho assim, eu acho que você tem várias facetas na vida, você pode ser amiga, filha, esposa, mãe e ser profissional. E acho que é uma coisa que ninguém tira de você, se você, né, tiver sempre se empenhando, né... [...] Você pode deixar de ser esposa, por exemplo, você pode se separar, mas assim o teu trabalho acho que tem uma coisa com a identidade, a profissão”. HELENA, 30 ANOS, CARIOCA.

Os jovens cariocas ao falarem do trabalho como identidade ressaltam o reconhecimento social proporcionado por ele de forma muito mais forte. Mais do que estar realizando alguma atividade útil à sociedade, a questão de qual é a profissão exercida e o reconhecimento que esta possui perante a sociedade são valores importantes para os jovens cariocas. Podemos relacionar esta questão ao fato de esses jovens estarem inseridos em uma sociedade de classe, fortemente marcada pela divisão e desigualdade social e, logo, o lugar que se ocupa nela, assim como o reconhecimento obtido, é proveniente em grande parte da profissão exercida.

Políticas públicas, trabalho e juventude: alguns comentários

Para dar conta das dificuldades enfrentadas pelos jovens no acesso a postos de trabalho, faz-se necessário a construção de políticas públicas a partir da relação entre juventude, educação e trabalho. A necessidade da formulação de políticas voltadas para essa questão se evidencia a partir da condição dita fragilizada da maioria dos jovens, sendo elas, a defasagem entre as exigências demandadas pelo mercado formal de trabalho e a possibilidade encontrada pelos jovens de se instrumentalizarem para o atendimento a essas demandas; e o menor grau de articulação institucional e política dos jovens, se comparado ao grau de articulação dos adultos. (FREZZA, MARASCHIN & SANTOS, 2009).

O direito social, característico do Estado de bem-estar social, garante o acesso ao bem-estar e segurança, procurando proteger o cidadão da lógica do mercado através de políticas públicas (como é o exemplo da aposentadoria). Entretanto, no caso dos jovens, vemos uma contradição, pois o acesso a tal direito tem como condição a participação e contribuição enquanto trabalhador. A identidade social e o acesso aos direitos sociais são definidos pela situação de emprego. Em uma sociedade cada vez mais liberal, tal

associação se estreita mais ainda. “Nas nossas sociedades, a integração profissional assegura aos indivíduos o reconhecimento de seu trabalho, no sentido de sua contribuição à obra produtiva, mas também, ao mesmo tempo, o reconhecimento de direitos sociais derivados” (PAUGAM, 2000, p. 96).

Assim, a questão com a juventude passa a ser de como incluí-la como beneficiária desses direitos, mesmo estando ainda excluída do mercado de trabalho. Se a infância é beneficiária através do direito à educação – considerado o direito social originário –, uma vez que no horizonte está a formação do futuro cidadão e trabalhador (MONTEIRO, 2006), a juventude passa a ter o “direito à qualificação”, em continuidade à formação, e a uma aproximação – mais informal, menos contumaz, de caráter mais experimental – através do “direito individual à experiência profissional” (estágios, trainees etc.).

Um exemplo que podemos trazer é o da sociedade francesa, que visando tratar desta questão, vê surgir uma “idade de inserção”, entre a idade educativa e a idade do trabalho. Assim, jovens entre 16 e 25 anos tornam-se beneficiários de uma legislação e medidas de inserção ao emprego em diversas modalidades criadas exclusivamente para eles (LIMA, 2006). A abordagem com o jovem fica mais dependente ao seu estatuto – de estudante ou carente – do que à idade. O universo juvenil acaba ficando ainda muito próximo ao universo educativo. As experiências de trabalho possíveis são o “trabalho de verão”, feito nas férias, ou estágios. Já a sociedade quebequense trata a questão da inserção profissional como uma esfera separada da educação e formação, com programas e legislações dedicados exclusivamente a isso, com subsídios que não perpassam a vida estudantil (LIMA, 2006).

O universo brasileiro, novamente, é marcado pela questão da classe social e as medidas de inserção profissional parecem ficar restritas à preocupação – e controle social – com jovens pobres.

Ficou perceptível, nesse documento [no Plano Nacional de Juventude (BRASIL, 2004)], a relação existente entre o conjunto de justificativas para se incrementar as oportunidades de trabalho de jovens de baixa renda com o discurso de marginalização — que é frequentemente endereçado à juventude pobre e/ou de periferias. Identificamos, ainda, a implicação entre a falta de ocupação e o subemprego com um provável destino de delinquência desses jovens — como se, por não ter alguma ocupação formal (participação em projetos ou trabalho), esse determinado jovem se tornaria um adulto marginal (BRENNER, LÂNES & CARRANO, 2005:200).

Em levantamento feito sobre produções acadêmicas produzidas sobre o tema juventude e trabalho, evidencia-se a avaliação de que programas e projetos governamentais (ou não) estão mais fortemente preocupados em “educar”, “qualificar”, “formar” jovens, especialmente jovens pobres, do que construir alternativas efetivas para jovens no campo do trabalho (CORROCHANO e NAKANO, 2009).

Assim, parece prevalecer entre as políticas de inserção profissional de jovens um viés de controle social, por isso um direcionamento às classes mais baixas, e as estratégias adotadas pelas iniciativas públicas para encontrar saídas para o desemprego juvenil pa-

recem se restringir à formação e, conseqüentemente, o retardamento de seu ingresso no mercado de trabalho (CORROCHANO, 2005). Faz-se necessário repensar a direção das políticas públicas relacionadas à inserção profissional dos jovens para que estas se tornem mais inclusivas (direcionadas não só a jovens de baixa renda), como também não fiquem restritas ao universo de qualificação, incidindo de forma mais concreta sobre questões e problemas do mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIRMAN, J., Tatuando o desamparo: a juventude na atualidade. In: CARDOSO, M. R. (org.). *Adolescentes*. São Paulo: Escuta, 2006. p. 25-43.
- BOURDIEU, P., A juventude é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.
- BOUTINET, J-P. *L'immatûrité de la vie adulte*. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.
- BRENNER, A. K.; LÂNES, P.; CARRANO, P. C. R., A Arena das políticas públicas de juventude no Brasil. *Jóvenes, Revista de Estudios sobre Juventud*, México, DF, a. 9, n. 22, p. 194-211, jan-jun 2005.
- CORROCHANO, M. C., Trabalho e juventude: entrevista com Maria Carla Corrochano. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, São Paulo, v.8, p. 99-104, 2005.
- CORROCHANO M.C.; NAKANO, M. Jovens e Trabalho. In: SPOSITO, M. P. (coord.). *O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*. V. 1. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p. 17-62.
- FREZZA, M.; MARASCHIN, C.; SANTOS, N. S. Juventude como problema de políticas públicas. *Psicologia & Sociedade*, v. 21, n. 3, p. 313-323, 2009.
- GUIMARÃES, N. A. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? [2004]. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/nadya/Jovens_e_trabalho_-_Nadya_Araujo_Guimar%E3es_-_FPA04-rev.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2008.
- GUIMARÃES, N. A. Trajetórias inseguras, autonomização incerta: os jovens e o trabalho em mercados sob intensas transições ocupacionais. In: CAMARANO, A. A. (org.). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: Ipea, 2006. p. 171-197.
- GORZ, A. *Métamorphoses du travail: critique de la raison économique*. Paris: Gallimard, 1988.
- KORMAN DIB, S. Juventude e projeto profissional: a construção subjetiva do trabalho. Tese de Doutorado – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- LIMA, L. Le temps de l'insertion dans les politiques sociales, en France et au Québec. In: BIDART, C. (dir.). *Devenir adulte aujourd'hui: perspectives internationales*. Paris: Harmattan, 2006. p. 55-70.
- PAUGAM, S. *Le salarié de la précarité: les nouvelles formes de l'intégration professionnelle*. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.
- PIMENTA, M. M. "Ser jovem" e "ser adulto": identidades, representações e trajetórias. Tese de Doutorado – Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.
- PROVONOST, G.; ROYER, C. *Les valeurs des jeunes*. Québec: Presses de l'Université du Québec, 2004.

RESUMO

A transição para a vida adulta tem se configurado, na atualidade, como objeto de interesse e investigação por parte de diferentes atores sociais, tendo em vista o panorama de dificuldades que jovens vêm encontrando para sair da condição juvenil. Neste contexto, cabe um olhar sobre a importância do trabalho neste processo, uma vez que este parece ser um marcador fundamental neste momento de entrada na vida adulta. Para tal, foram realizadas entrevistas com 19 jovens cariocas e quebequenses pertencentes à classe média e com ensino superior completo. A análise dessas entrevistas nos mostra que o trabalho mantém sua função de integração social e é considerado pelos jovens como aspecto viabilizador da vida adulta e referência identitária enquanto tal.

PALAVRAS-CHAVE: juventude, trabalho, transição, vida adulta



Renata Alves de Paula Monteiro

*Professora adjunta do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora do curso de Especialização em Psicanálise e Saúde Mental da UFF. Pesquisadora permanente do Núcleo de Pesquisa sobre Infância e Adolescência Contemporâneas (NIPIAC/UFRJ). Participante do Tempo Freudiano Associação Psicanalítica. Associada do Núcleo de Atenção à Violência (NAV).
nana_monteiro@hotmail.com*

Tempo, silêncio e esquecimento

O que ficou da experiência dos jovens de Santa Maria?

ENTREVISTA DE

Sonia Borges Cardoso de Oliveira

COM *Volnei Antonio Dassler*

Sonia Borges: Há quase um ano e meio, na madrugada de 27 de janeiro de 2013, Santa Maria (RS) foi abalada e abalou o país ao protagonizar a tragédia que culminou com a morte de 242 pessoas, a maioria jovens, vítimas de incêndio ocorrido em uma das boates da cidade. Hoje, ao retomarmos esse acontecimento, você considera que estamos falando de passado, de presente ou de futuro?



FOTO Ronai Pires da Rocha

Volnei Dassoler: De acordo com indicadores apresentados pelos Médicos Sem Fronteiras, o incêndio na boate Kiss reuniu num só evento as três situações com maior potencialidade traumática: atingir um público jovem, ter sido em larga escala quanto ao número de vítimas e ter ocorrido de forma violenta. Tal fato assume coloração traumática por promover uma ruptura radical, inesperada e intensa na rotina que construímos, onde passado, presente e futuro se ligam e elaboram um tipo particular de ficção, que designamos como a “história de vida de cada um”. Nesse sentido, pensar a dimensão temporal exclusivamente na perspectiva cronológica não nos é suficiente. Por outro lado, reconhecemos que o tempo atua como facilitador dos processos subjetivos e das articulações coletivas diante de grandes tragédias ou dramas humanos.

Após o impacto das primeiras semanas, a reação ao evento se processou de maneiras distintas conforme cada sujeito foi elaborando sua relação com o incêndio. Parte da população jovem, em especial aqueles que não tiveram envolvimento com o incêndio, incluíram o acontecido como parte da vida, situando-o no passado. Essa postura estava em conformidade com parte da população que considerava exagerado continuar dando ênfase ao acontecimento. Para outros, entretanto, o que aconteceu permanece vivo, sendo possível identificar, a partir das narrativas nos atendimentos psicológicos, a repercussão desse evento em falas como: “depois dessa coisa que aconteceu comigo na Kiss”, “antes do negócio da Kiss”, “em função do que houve na Kiss”, “por causa do incêndio na Kiss”. Entendemos que aqueles que viveram a experiência de sobreviver ao incêndio tiveram a sua relação com a vida alterada no que diz respeito às formas de diversão, à importância dos laços de amizade, de família, aos projetos de futuro e à noção da finitude humana. Nesse sentido, trabalhamos na perspectiva de que 27 de janeiro é um dia que ainda não terminou e que deverá marcar toda uma geração de jovens e crianças da cidade e da região de Santa Maria.

Sonia Borges: Desde então, você tem estado diretamente envolvido com o atendimento e assistência, não somente aos jovens sobreviventes e seus familiares, como também aos voluntários e profissionais que, de algum modo, foram afetados pelo incêndio, tanto durante os resgates quanto posteriormente, em consequência do abalo psicológico sofrido. Poderia nos falar sobre o Acolhe Saúde, que é o serviço de atendimento psicossocial que tem se ocupado dessa demanda? Como e quando ele surgiu e qual a sua significância para as pessoas atendidas pelo serviço?

Volnei Dassoler: Em decorrência do caráter de imprevisibilidade do incêndio, a cidade não tinha estrutura nem expertise para fazer frente às demandas que surgiram de maneira tão intensa. Nesse sentido, tivemos auxílio importante de profissionais voluntários que, assessorados pela equipe dos Médicos sem Fronteiras e por representantes da gestão pública na área da saúde mental, definiram uma organização inicial do processo de trabalho. No termo de compromisso assinado pelos três entes federados, o cuidado psicossocial ficou sob a responsabilidade do Município de Santa Maria e já na madrugada de 28 de janeiro de 2013 foi implantado o atendimento em saúde mental em caráter de 24 horas.

Tínhamos o desafio de elaborar um projeto clínico levando em conta o caráter de urgência dos acontecimentos, a comoção coletiva e a diversidade de ofertas de apoio advindas de instituições do país inteiro. Assim, as ações foram distribuídas em sete grupos de trabalho: acompanhamento em ritos e funerais, apoio nos hospitais, apoio na Unidade

de Pronto Atendimento (UPA) – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), apoio à atenção básica, atendimento 24 horas, supervisão clínica dos atendimentos e gestão. Avaliamos que, nesse primeiro momento, a escuta seria feita individualmente ou junto a familiares e amigos, e que os encaminhamentos seriam definidos em cada caso. Entendemos que o dispositivo de grupo não seria indicado para essa fase do tratamento aos sobreviventes e familiares, exceto rodas de conversa pontuais com os profissionais dos serviços de resgate e dos serviços hospitalares.

Dessa forma, as intervenções contemplavam as diferentes necessidades que surgiram a partir das prioridades para cada tempo de cuidado, ou seja, inicialmente, projetamos o cuidado na urgência com atendimento 24 horas, com equipe multiprofissional, possibilidade de visitas domiciliares, avaliação das situações mais graves e contato telefônico diário para esses casos, garantia de leito hospitalar em caso de necessidade. Nos atendimentos das primeiras semanas, os jovens que haviam sobrevivido relatavam que sentiam o toque das pessoas durante a fuga da boate, ouviam as vozes e os gritos daquela noite, sentiam cheiros, tinham flashback de inúmeras cenas vividas naquela madrugada. Atordoados, se viam impotentes e desesperados, repercutindo em problemas de sono, de alimentação, irritabilidade, apatia e angústia.

Como a escuta psicológica, no seu formato clínico convencional, requer um tempo de fala e de elaboração e esse cenário não se apresenta disponível nos quadros psíquicos de crise, observamos, por parte dos profissionais envolvidos nos atendimentos, dificuldades quanto ao manejo dessas situações, o que acarretava em inúmeros pedidos de avaliação psiquiátrica que se mostravam, posteriormente, desnecessários. Esse cenário justifica a supervisão clínica como um dispositivo importante de apoio à equipe e que, ainda hoje, permanece como suporte clínico dos atendimentos psicoterapêuticos no Acolhe Saúde.

Até o presente momento, aproximadamente mil pessoas receberam algum tipo de atendimento através da Psicologia, Psiquiatria e de outros núcleos profissionais, além de visitas domiciliares, rodas de conversa, entre outros. Também disponibilizamos uma equipe de profissionais para acompanhar os familiares nos depoimentos junto ao Fórum, nas manifestações públicas e nos eventos de integração entre os membros promovidos pela Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria (AVTSM).

Sonia Borges: Como os jovens lidaram ou lidam com o vazio da perda de tantos amigos e conhecidos?

Volnei Dassoler: Num primeiro momento, recebíamos relatos de um fenômeno importante que envolveu muitas crianças e jovens de Santa Maria e das cidades da região, que apresentavam dificuldades de dormir sozinhos ou no escuro, pedindo para ficar no quarto dos pais ou acompanhados de outras pessoas. Relatavam medo do escuro, a sensação da presença de vultos, de que algo ruim poderia acontecer com eles ou com seus amigos. Muitos pais buscaram orientação psicológica no Acolhe Saúde e na rede privada sobre como entender e intervir diante disso. Outra manifestação recorrente dizia respeito a como retornar às salas de aula, constatando a ausência de tantos colegas, a perda dos parceiros de festas, do amigo confidente. Depoimentos e mensagens nas redes sociais dirigidas às pessoas que morreram foi uma das formas encontradas de promover o trabalho de luto dentro do tempo e da necessidade de cada um. Outra situação que considera-

mos importante e que era relatada com muita frequência dizia respeito ao sentimento de culpa por não terem conseguido ajudar outras pessoas a escapar com vida e o mal-estar de encontrar os pais dos amigos que haviam morrido no incêndio, como se algo errado houvesse em eles estarem vivos e os filhos dessas pessoas, não. A percepção de que se tratava de uma luta pela sobrevivência auxiliava na elaboração dos fatos, mas é algo que ainda retorna com alguma regularidade em alguns jovens.

Muitos jovens sobreviventes, amigos e pais de vítimas nos procuravam e percebíamos que, após poucos encontros, deixavam de ir às consultas marcadas. Eventualmente, fazíamos contato para saber da situação e depois entendemos que havia algo que poderia ser interpretado como uma necessidade de se afastar daquilo que lhes lembrava mais fortemente seu sofrimento. De certa forma, concluímos que havia aí um desejo de se ver um pouco de fora de todo o contexto, uma vontade de sair e esperar para ver o que aconteceria. Consideramos que o sujeito sentia-se acolhido, mas que podia dispensar o profissional sabendo poder contar com ele se fosse preciso.

Sonia Borges: Como foi possível para os jovens seguirem adiante na mesma cidade onde a vida de tantos colegas fora prematura e tragicamente interrompida? Como essa realidade e seus efeitos impactaram as rotinas da cidade?

Volnei Dassoler: De fato, para além dos efeitos subjetivos e das respostas singulares, o incêndio afetou a rotina viva da cidade. Passado mais de um ano e meio, a rotina noturna da cidade nunca mais retomou o dinamismo e a intensidade que a caracterizavam como cidade universitária. Bares e boates funcionam em menor número e é possível constatar mudanças com relação à preocupação quanto aos itens de segurança, a capacidade de lotação e um maior rigor na concessão de alvarás e fiscalização dos estabelecimentos.

Cabe registrar que existe uma sensação generalizada entre os profissionais da área psi da cidade de que houve um aumento expressivo da demanda por atendimento psicológico após o incêndio, mesmo que as razões não se apresentem diretamente vinculadas ao episódio.

Outro movimento possível de identificarmos é o esvaziamento – não sabemos se definitivo ou temporário – das boates e bares da cidade como alternativas de lazer e diversão. As praças, as ruas e o calçadão tornam-se cada vez mais pontos de encontro dos grupos de jovens que continuam conversando, ouvindo música, bebendo, namorando, retomando os vínculos com a cultura jovem, com a produção de expectativas sobre o futuro, condição necessária para qualquer sujeito que precisa reinvestir na vida.

Sonia Borges: Para os sobreviventes que perderam parentes no local, como ficou a convivência familiar?

Volnei Dassoler: Embora saibamos que o trabalho de luto é sempre um processo singular e subjetivo, é possível afirmar que os impasses maiores recaem sobre os pais, em especial, às mães das vítimas. São elas que evidenciam mais nitidamente o sofrimento da perda e as dificuldades em responder à exigência da realidade para encontrar maneiras de preservar a imagem dos filhos ausentes através das lembranças e dos objetos pessoais. Esses familiares deixam entrever, a partir de seus depoimentos, uma narrativa de esvaziamento de significação sobre a vida, numa posição de desistência e de perda de ideais e da sensação de fracasso

como pais por não terem conseguido proteger seus filhos diante de tamanho perigo.

Nessa perspectiva, alguns jovens oriundos de outros municípios, que estavam em Santa Maria para estudar, decidiram retornar à casa dos pais e buscar alternativas de estudo que lhes permitissem ficar perto da sua família. Esta foi também uma demanda de muitos pais, que precisam acompanhar a evolução do quadro respiratório que afetou grande parte dos sobreviventes.

Sonia Borges: Na ocasião foi divulgado, tanto na mídia televisiva quanto impressa, um número significativo de voluntários, dentre eles muitos jovens e profissionais de áreas distintas, que se dedicou exaustivamente a ajudar no resgate das vítimas. Alguns desses voluntários eram jovens que haviam saído com vida do local, retornaram para ajudar e não mais voltaram. Outros, com destinos distintos, ressentiram-se de não terem conseguido ajudar mais. Como essas experiências têm se expressado atualmente?

Volnei Dassoler: De fato, essa circunstância foi relatada por algumas pessoas que acompanhamos durante o ano nos atendimentos clínicos, como os seguranças da boate e os profissionais do resgate e da segurança pública. Com relação aos jovens que retornaram para prestar algum tipo de socorro, era bastante comum aparecer nos relatos a expressão de culpa pela insuficiência da ajuda, minimizando o que haviam conseguido fazer, concentrando-se naquilo que não haviam feito, ou seja, embora tivessem tido uma atuação decisiva, atribuíam a si uma certa responsabilidade pelo tamanho da tragédia. Atualmente, essa sensação diminuiu consideravelmente e aparece menos nos depoimentos. Entretanto, é possível presumir que, para além de uma suposta pretensão narcísica de ser herói, um resto de frustração permanecerá como elemento parcial desta circunstância na vida de tais pessoas.

Sonia Borges: Pensando em termos de tempo presente, como os jovens têm reagido? Eles falam sobre o que aconteceu? Evitam? Como falam? Encontraram formas positivas de lidar com o sofrimento e a perda?

Volnei Dassoler: Nas primeiras semanas era impossível alguém se reunir na cidade sem falar sobre o que havia acontecido. A situação se impunha de maneira inexorável e as pessoas tinham necessidade de demonstrar a incredulidade, a perplexidade e, ao mesmo tempo, a solidariedade e o apoio. Em algum momento do ano de 2013, o assunto começou a rarear entre as pessoas e não sabíamos definir claramente porque isso estava acontecendo. O certo é que se percebia no ambiente um clima implícito de censura e de crítica sobre o assunto, como se já tivesse esgotado o que daí poderia ser dito ou feito. Tal percepção incomodou profundamente os familiares das vítimas, que reagiram intensificando as ações públicas, o que gerou algum tipo de rejeição sobre os mesmos. Diferentemente dos pais e familiares, os jovens sobreviventes escolhiam uma postura mais reclusa e silenciosa, preferindo o silêncio e manifestando o desejo de não serem associados e lembrados como os jovens que estavam na boate, pois entendiam que isso poderia ser um estigma, uma marca que poderia limitar sua vida, tanto do ponto de vista pessoal como profissional. Muitos sobreviventes deixam claro não quererem que esse acontecimento se coloque em primeiro plano na sua vida, que seja seu cartão de apresentação na vida cotidiana, preferindo como forma de elaboração psíquica e social que essa experiência seja vivida e compartilhada com os familiares e com as pessoas e amigos da sua intimidade.

- Sonia Borges:* Parece que a situação traumática torna-se incompreensível quanto menos espaço tem de expressão. Recentemente, tivemos acesso a uma publicação¹ onde se coloca que a cidade está dividida entre os que querem transformar 2014 no ano da “superação” e aqueles que buscam a justiça e mudanças que possam evitar a repetição do que aconteceu. Gostaríamos que você nos falasse um pouco sobre o seu questionamento, nessa situação, quanto ao uso da palavra “superação” e seus significados subjacentes.
- Volnei Dassoler:* Do ponto de vista coletivo, nas primeiras semanas houve uma necessidade intrínseca de fazer o enfrentamento do evento traumático através de rituais externos onde a cidade e as pessoas afetadas compartilharam o sofrimento e promoveram apoio e consolo mútuo. Portanto, houve um tempo inicial quando todos os espaços de convivência eram espaços possíveis de significação e representação daquilo que havia se mostrado como horror e que encontravam solidariedade entre toda a população.
- Com o passar o tempo, esses espaços foram desaparecendo e percebeu-se uma pressão para que as pessoas não falassem mais sobre o que havia acontecido. Tal pedido justificava-se como sendo a maneira de continuar a vida sem ficar preso ao passado. Nesse cenário, a palavra superação começou a aparecer e ser usada para expressar tal intenção. O dinamismo da linguagem coloca em risco aquilo que queremos expressar quando construímos uma sentença com o propósito de comunicação. Pois bem, superação é dessas palavras que merecem nossa atenção quanto ao seu uso. Na situação a que estamos nos referindo, o verbo superar era facilmente codificado como um pedido de esquecimento e de silenciamento sobre os acontecimentos, situação que gerou muitos protestos e polêmicas na cidade, por dar a entender que os desdobramentos que se seguiram ao incêndio estariam afetando o desenvolvimento e a vida em Santa Maria. Nos atendimentos com familiares é descrito com bastante frequência o incômodo e mesmo a raiva suscitada por um determinado tipo de apoio que se traduz como cobrança e proibição de sofrimento público na forma de um pedido de superação.
- Da nossa parte, entendemos que esse movimento não depende de um único ato e nem se processa numa única vez, estando dinamicamente determinado por inúmeras razões, e que o processo no qual os familiares estão envolvidos não significa inviabilizar a continuidade da vida das pessoas e da cidade, inclusive porque a grande maioria delas, jovens ou familiares, retomou sua vida naquilo que lhes é possível diante das circunstâncias.
- Sonia Borges:* O que, para você e para as pessoas que trabalharam e trabalham diretamente com os jovens, permite avançar apesar de toda a dor e sofrimento que operam na costura de tantas possíveis fissuras internas?
- Volnei Dassoler:* Desde o início tivemos a preocupação de estar atentos aos efeitos que esse trabalho poderia resultar nos profissionais envolvidos com essa operação. Estabelecemos espaços de supervisão individual e coletiva dos casos, supervisão institucional e apoio da gestão municipal, rodas de conversa e reavaliação permanente do processo de trabalho. Hoje, os profissionais que atuam no Acolhe Saúde se percebem um pouco mais de fora com

¹ Matéria: “Santa Maria levará 5 anos para se recuperar da tragédia na Kiss”
FONTE: <http://coral.ufsm.br/midia/?p=12477>

relação ao contexto das primeiras semanas, período em que era muito fácil confundir seu papel com o do cidadão e mesmo com o de sujeito, afetados que estávamos.

Sonia Borges: Seria um ato de reparação, não somente para Santa Maria, mas para todo o Brasil, uma resposta efetiva e pragmática do poder público – seja ele representado pelo legislativo ou executivo – no sentido de fazer valer as leis protetivas e de fiscalização para impedir que novas tragédias como essa voltem a ocorrer?

Volnei Dassoler: Acredito que o incêndio na boate Kiss carrega essa potencialidade de estimular uma reflexão por parte de toda a sociedade quanto aos elementos que estiveram envolvidos nesse fato. Isso vale tanto para o que diz respeito às responsabilidades do poder público, quanto para uma reflexão sobre a maneira como os cidadãos lidam com as leis que ordenam a vida comunitária quando elas envolvem interesses pessoais.

Sonia Borges: Obrigada pela entrevista e pela disponibilidade em falar sobre esse tema. Esperamos que aqui, de algum modo, você também tenha encontrado um espaço onde toda essa vivência possa fazer um sentido compartilhado. Gostaria de acrescentar alguma coisa?

Volnei Dassoler: Gostaria de registrar que a mobilização sem precedentes que observamos na tragédia de Santa Maria só se efetivou pela reação imediata dos poderes públicos, da população e dos profissionais, atuação que foi fundamental para que o quadro não se tornasse mais grave. Além disso, houve uma produção importante de conhecimento sobre o fazer psicossocial nas situações de tragédia e de urgência, que estão servindo de referência para outras situações similares.

PALAVRAS-CHAVE: boate Kiss, psicologia, adolescência, clínica psicossocial



Volnei Antonio Dassoler

Psicanalista, membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, mestre em Psicologia (Universidade Federal de Santa Maria – UFSM), tutor do Núcleo da Psicologia da Residência Multiprofissional em Saúde Mental (UFSM) e membro do comitê gestor do Acolhe Saúde, serviço de Atenção Psicossocial às vítimas do incêndio na boate Kiss da Prefeitura Municipal de Santa Maria, RS.

dassoler@terra.com.br



Sonia Borges Cardoso de Oliveira

Psicóloga, doutora em Psicologia, pesquisadora permanente do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa para Infância e Adolescência Contemporâneas (NIPIAC/ UFRJ). Editora Associada da **DESIDADES**, atua principalmente nos seguintes temas: psicologia e intervenção clínica; juventude e adolescência; grupos de discussão; processos de subjetivação e o lugar do sofrimento no contemporâneo.

soniarborges@uol.com.br

Adoção e família: a preferência pela faixa etária, certezas e incertezas

de Rosana Maria Souza de Barros

RESENHA POR

María Angela D’Incao



As escolhas no processo de adoção

O volume *Adoção e família – a preferência pela faixa etária, certezas e incertezas*, de Rosana Barros, encerra um estudo que originalmente foi dissertação de mestrado no programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA). Um trabalho de importância, bem-vindo para o enfrentamento da questão social do abandono de crianças não desejadas pelas mães em nosso país.

Trata-se de uma investigação que procura abordar a adoção do ponto de vista dos profissionais envolvidos no Judiciário e também dos pais, enfocando, assim, as falas e opiniões desses atores, as quais revelam vários aspectos dos seus sentimentos e concepções no que se refere à adoção e à idade da criança a ser adotada.

A autora divide seus estudos em quatro capítulos. No primeiro, apresenta seus propósitos, o universo da pesquisa e metodologia a ser utilizada; no segundo, “Discutindo a adoção”, fornece ao leitor as bases de suas leituras teóricas e informações sobre as questões jurídicas envolvidas, além de construir uma orientação bastante elucidativa da pesquisa; no terceiro, “A escolha da faixa etária segundo os profissionais da área”, Barros mostra os resultados das entrevistas e propõe certa sistematização entre dois tipos de adotantes: os que procuram crianças de até dois anos e os que aceitariam adotar crianças mais velhas. Há falas bastante elucidativas que revelam o desejo dos

diferentes candidatos à adoção. Finalmente, no quarto capítulo, “A adoção tardia: procurando desvendar certezas e incertezas”, contribui de modo significativo para as questões que cercam as adoções de um modo geral, a partir de suas pesquisas.

Entender que a família a ser construída com filhos adotivos se pautará pelos aspectos constitutivos da família burguesa ou nuclear é importante, uma vez que esse modelo irá interferir nas possíveis adoções. A crença de que o amor só se fará presente nas relações familiares com consanguinidade e longo tempo de convivência induz a procura por crianças menores. E não poderia ser de outra forma. Como relembra o estudo, a hegemonia desse modelo baseado no discurso do amor como razão de ser da família nuclear burguesa atua sobre o ato de adoção.

E aí a autora revela aspectos importantes da fragilidade desse modelo para a adoção. As mentalidades envolvidas nos processos de adoção, na sociedade contemporânea, favorecem a permanência de crianças maiores nos serviços de acolhimento, pois não preenchem as expectativas dos adotantes, nem mesmo do Judiciário.

A busca por filhos se revela como a busca de uma completude da família. Uma família sem a presença do exercício da maternidade é percebida como incompleta. Isso vem a interferir na escolha das idades apropriadas para a adoção. A escolha por crianças menores de dois anos indica que o modelo internalizado de família, pelas mães adotantes, nos casos estudados, é o da família nuclear moderna, em que prevalece o amor. Para tal, compreendem os adotantes, é preciso haver laços consanguíneos e adotar crianças menores é o que mais os aproxima desse ideal. Outro fator relevante, nos casos estudados, é a crença de que crianças menores ainda não sofreram as dores advindas da vivência em abrigos e da distância da convivência familiar e outros sofrimentos, podendo ser um membro familiar inteiro e sem heranças desagradáveis e dolorosas.

Esse volume é bem-vindo não somente para os estudos de família, como também para as instituições que trabalham com a adoção, desde serviços de acolhimento de crianças e adolescentes até as assistências sociais públicas e particulares. Além disso, trata-se de um importante trabalho para ser lido nos setores judiciais, que poderiam se cercar de mais estudos para a compreensão da questão da adoção no Brasil. A autora indica, assim, caminhos para que esses serviços sejam mais capazes de compreender a problemática da adoção de crianças de qualquer idade, nesse imenso país, onde a prevalência de lares sem a presença dos pais é expressiva. O Judiciário precisaria se cercar de especialistas nas questões familiares.

Desse modo, a maior dificuldade para a adoção, no Brasil, vem a ser o fato de que restam crianças que não são brancas, que têm irmãos e que são crescidas ou mais velhas. Além, é claro, daquelas com necessidades especiais.

Quem frequentou serviços de acolhimento de crianças e adolescentes sabe da rotina que se verifica sempre que uma pessoa chega para uma visita ou para doações. As crianças cercam o visitante e perguntam: você é minha mãe? Vai me levar para a sua casa? Por que não me leva com você? Há um anseio enorme entre as crianças de qualquer serviço de acolhimento de sair da instituição e ter uma família.

Ao evidenciar a questão das mentalidades, o estudo feito por Barros poderá levar a outros estudos e a políticas públicas que possam equacionar essa aversão por crianças maiores. O que mostram os estudos sobre famílias, no Brasil, do ponto de vista da incorporação ou adoção de novos membros à família? Que se as classes altas e médias têm dificuldade de incorporar crianças maiores, não brancas e com vários irmãos, caberiam políticas públicas não só para elas, principalmente, como também para as demais.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BARROS, Rosana Maria Souza de. *Adoção e família: a preferência pela faixa etária, certezas e incertezas*. Curitiba: Juruá Editora, 2014. 146 p.

Maria Angela D’Incao

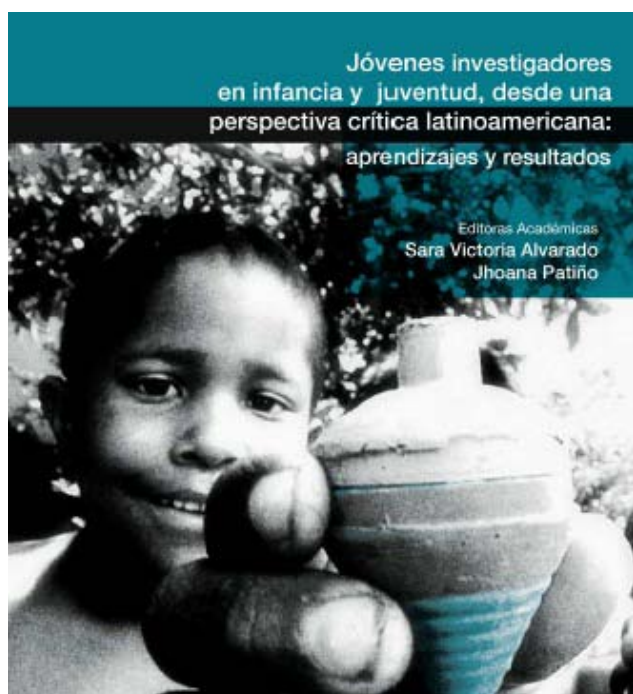
Professora colaboradora no Programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT).

Jóvenes investigadores en infancia y juventud, desde una perspectiva crítica latinoamericana: aprendizajes y resultados

de Sara Victoria Alvarado e Jhoana Patiño (COORDS)

RESENHA POR

Danay Quintana Nedelcu



Da vida à reflexão: três chaves de leitura

“SÓ É POSSÍVEL CAPTAR A LÓGICA MAIS PROFUNDA DO MUNDO SOCIAL COM A CONDIÇÃO DE SE SUBMERGIR NA PARTICULARIDADE DE UMA REALIDADE EMPÍRICA, HISTORICAMENTE SITUADA E DATADA”.

Pierre Bourdieu, 1997

Chave de leitura número um: do universal e do particular

Em 1989, o sociólogo Pierre Bourdieu, diante de um público japonês, incitava os seus ouvintes a compreenderem o seu trabalho sobre a França fazendo uma análise universal do seu estudo específico e não uma leitura particularizante e reducionista. Falar a propósito de um caso específico, dizia o pesquisador, não significa se fechar nele: ele é universal e particular ao mesmo tempo, uma vez que as pesquisas mobilizam teorias, modelos, categorias e métodos gerais em realidades empíricas concretas, claramente situadas histórica e culturalmente.

O raciocínio anterior nos leva a pensar que, quando observamos questões específicas sobre lugares concretos, realmente estamos diante da possibilidade de 'ler' situações universais a partir da nossa própria particularidade. O livro 'Jóvenes investigadores en infancia y juventud, desde una perspectiva crítica latinoamericana: aprendizajes y resultados', coloca os seus leitores justamente diante da possibilidade da qual falava Bourdieu (1997): "compreender as experiências concretas que se perscruta não como leituras substancialistas independentes das suas práticas referenciais, e sim como indagação sobre as particularidades de histórias coletivas diferentes" (p. 13). Assim vista a pesquisa social, os cenários de partida dos trabalhos do livro aqui comentado – Brasil, Colômbia, México, Venezuela, Chile, Argentina – falam de si mesmos ao mesmo tempo que falam do todo. E mais. O histórico conflito armado da Colômbia, a conseqüente migração familiar forçada, a condição de extrema vulnerabilidade de crianças de comunidades rurais, os docentes de Medellín, os meninos e meninas de Caracas, os estudantes universitários da Argentina, os jovens da Região de Maule no Chile, a criação das crianças ao sul da Cidade do México, entre outros, são os problemas que aborda este livro, um compêndio de diversas experiências de pesquisa-formação de jovens cientistas sobre problemas críticos que as sociedades latino-americanas compartilham.

Chave de leitura número dois: a metodologia do aprendizado

Uma segunda possível leitura do texto que editam as pesquisadoras Sara Victoria Alvarado e Jhoana Patiño, nos leva a refletir sobre a lógica da formação-pesquisa daqueles que escrevem os capítulos do livro. A premissa de aprender-fazendo é um dos fios condutores que os leitores encontram ao longo das 255 páginas da publicação. Os trabalhos das autoras e dos autores, como bem se especifica no prólogo, foram construídos "a partir do mundo vital das experiências de formação de jovens pesquisadores mediante um trânsito, que marca rumos de andanças e dizeres de infâncias e juventudes expectantes e que constroem com outros as suas tramas de intersubjetividade e identidade, a partir do silêncio e do burburinho das periferias" (SALAZAR. In: ALVARADO & PATIÑO, 2013, p. 7). Os trabalhos dos autores são, mais do que verdades conclusivas, interpretações críticas nas quais a práxis foi o ponto de partida, e a teoria, a ferramenta para a análise. Deste modo, a prática se converte em atividade pensada. O processo de formação-pesquisa se converte na compreensão e interpretação da experiência, que implica necessariamente em compartilhá-la, comunicá-la e confrontá-la tanto com a produção teórica (que neste livro se destaca pela sua pluralidade de enfoques, por exemplo, sobre os conceitos transversais do texto: infância e juventude) quanto com outras experiências. Tudo isso significa que, ao repassar o texto, o que se está produzindo é um verdadeiro diálogo de significados entre o leitor e as experiências de vida-pesquisa dos autores, que por sua vez interagiram com outras vidas, todas elas atravessadas pelos âmbitos político, econômico, histórico-cultural e subjetivo.

Chave de leitura número três: a própria vida como ‘objeto’ de pesquisa

A leitura dos 11 trabalhos que compõem o índice de conteúdos do livro nos lembra o tempo todo que o propósito dos autores é discutir sobre as problemáticas das crianças e dos jovens como experiências vitais. Isto é, sobre a própria vida dos seres humanos mais vulneráveis (crianças e jovens), em condições de extrema contradição, como acontece na nossa região latino-americana. Nas palavras de Sara Victoria Alvarado, na introdução do livro: um continente de paradoxos. E é justamente a partir desse lugar – a contradição, a injustiça, a discriminação, a pobreza, a violência, a dominação, o desamparo, a vulnerabilidade, as incertezas; o esforço, a curiosidade, a imaginação, a reflexão, o sorriso e o desejo – onde se colocam os autores para refletir sobre as suas experiências de pesquisa, porque é, definitivamente, o lugar comum do qual eles também são parte, junto com “os seus objetos” de pesquisa.

Um dos alcances mais meritorios das pesquisas destes jovens latino-americanos é que eles compartilham os seus aprendizados sobre as realidades estudadas sem perder a vitalidade da qual emanaram. E isso não é uma questão menor, pois é bem sabido que a pesquisa social está o tempo todo diante do risco de converter em ‘coisa’ a substância do seu estudo: transformar o sujeito em objeto, alertava Paulo Freire. Os pesquisadores procuram superar este desafio dando voz às crianças, aos jovens, aos pais e educadores com quem dialogam. O diálogo, no sentido freireano, é o método através do qual os ‘pesquisandos’ podem não só escutar, mas também participar ‘pronunciando o mundo’: sendo no mundo. Assim começa o processo de transformação, porque só se pode estar sendo. E realizar pesquisas nas quais crianças e jovens falam sobre si mesmos e o mundo, nas quais as suas vozes são componente essencial de um diálogo onde são escutados, é um elemento crucial de uma lógica cognoscitiva que, em vez de coisificar a informação, humaniza-a.

O livro começa quando termina

Mas um texto não transcende se não é fértil, assim como um aprendizado não se cristaliza se não se traduz em ação. E neste sentido, o principal valor deste livro, que convidamos a estudar, ainda está por acontecer. As mais de 200 páginas contém informação extremamente valiosa para ser incorporada às agendas de organizações sociais e dos realizadores de políticas públicas para atender os problemas urgentes das crianças e dos jovens da nossa região. O conteúdo do livro não é um inventário de problemas sobre a infância e a juventude na América Latina; é um conjunto de pistas que podem ser colocadas como foco de atenção, a partir múltiplos referentes, de maneira responsável e realista, tanto pelas famílias, quanto por pesquisadores, professores, comunidades, organizações e governos. É um instrumento de intervenção inestimável para os chamados ‘policymakers’, que se nutrem do conhecimento que a pesquisa gera em prol da resolução dos problemas públicos.

É de amplo conhecimento que o campo da política não incorpora como deveria o conhecimento gerado a partir da pesquisa. E não é por falta de informação, e sim por pouca vontade política e conflito de interesses. Só por mencionar um caso, um dos exemplos atuais de interdisciplinaridade mais interessante, inovador e frutífero tem a ver com a Psicologia e as Políticas Públicas, como campo de estudos sobre a esfera pública. Neste encontro, os saberes do particular e do geral, do micro e do macro, do que tradicionalmente tem sido associado ao privado e ao público se entrelaçam de maneira complexa e fértil, desmoronando pressupostos históricos e gerando novas perguntas de pesquisa. No entanto, as contribuições da Psicologia para o conhecimento sobre as políticas públicas não têm conseguido suficiente reconhecimento. Muitas aplicações no campo das políticas públicas estão diretamente associadas a descobertas realizadas a partir da Psicologia, mas sem terem o devido crédito: compreensão da complexidade do comportamento humano; influência dos preconceitos e da discriminação na formulação e implementação das políticas públicas; o lugar das interações sociais, as relações interpessoais de cooperação e o valor do conflito na ação social; decisões e ações em situação de vulnerabilidade (na pobreza, na infância, na discriminação, na diferença de gênero, na guerra...) entre outros (SHAFIR, 2013).

O que foi dito anteriormente, só como pequena amostra das contribuições da Psicologia aos estudos e análises de políticas, levou a que uma das mudanças mais recentes nos estudos de políticas (policy study) seja na direção da compreensão das mesmas com ênfase na variável individual, isto é, com o foco no sujeito. Como os indivíduos afetam os resultados das políticas públicas? Tanto realizadores (empreendedores de políticas) como “receptores” delas são estudados profundamente para se compreender em que medida são variáveis que intervêm, desviam, afetam o desempenho das políticas e interferem nos resultados esperados. Depois de acreditar que era o desenho das políticas, das decisões, da implementação, da sofisticação dos instrumentos de avaliação de impacto, a ‘volta ao sujeito’ (outra volta) reaparece na cena analítica das políticas e na política. Hoje vemos que o mais básico dos manuais sobre políticas bem-sucedidas (‘policy succes’) reconhece a relevância de elaborar as políticas com, a partir de e para as pessoas (MCCONNELL, 2010).

Com este compromisso, o enfoque das políticas públicas dirigidas ao universo infantil e juvenil implica em desafios adicionais. Como bem é destacado no livro, é hora de mudar a associação que se faz entre infância e juventude e longo prazo como temporalidade para a resolução dos seus problemas, para assumir que as crianças e os jovens vivem e padecem aqui e agora, e que a gravidade das situações que vivem não são importantes (somente) porque eles serão os homens e mulheres de amanhã. Atender a partir do próprio discurso das políticas à particularidade da infância e da juventude em tempo real é um primeiro passo.

Neste sentido, o conjunto de descobertas proporcionadas pelas pesquisas do livro referido ao longo deste escrito é de grande relevância, pois fornece, com autoridade, conteúdo, real e atual, analítico e vital, para se realizarem possíveis recomendações de política pública e ações de intervenção para atender a problemas urgentes a partir da própria voz das crianças e dos jovens, famílias, comunidades e sociedades da América Latina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARADO, Sara Victoria e PATIÑO, Jhoana (Orgs.). Jóvenes investigadores en infancia y juventud, desde una perspectiva crítica latinoamericana: aprendizajes y resultados. Manizales: Centro Editorial Cinde – Childwatch – Universidad de Manizales, 2013. 255 p.

BOURDIEU, Pierre. Razones prácticas: sobre la teoría e la acción. Barcelona: Ed. Anagrama, 1997.

FREIRE, Paulo. “La esencia del diálogo”. Em M. Alejandro Delgado, M. I. Romero e J. R. Vidal Valdez (orgs.), ¿Qué es la Educación Popular?, pags. 87-103. La Habana: Ed. Caminos, 2008.

MCCONNELL, Allan. Understanding policy success: rethinking public policy. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010.

SHAFIR, Eldar. The behavioral foundations of public policy. Princeton University Press, 2013.

Danay Quintana Nedelcu

Candidata a Doutora no Doutorado em Pesquisa em Ciências Sociais, Flacso-México.

Levantamento bibliográfico

Nesta seção, apresentamos o levantamento bibliográfico dos livros publicados na área das ciências humanas e sociais dos países da América Latina sobre infância e juventude. O levantamento contemplou obras publicadas no período de junho a setembro de 2014 cujas informações puderam ser obtidas nos sites de suas respectivas editoras.

- 1 ***Abordagem à família no contexto do conselho tutelar***
ISBN 978857183142
AUTORES: Jéssica Helena Vaz Malaquias, Sheila Regina Camargo Martins, Rosa Maria Stefanini Macedo, Pedro Oto de Quadros, Marlene Magnabosco Marra, Mariana Lugli, Maria Inês Gandolfo Conceição, Maria Aparecida Penso, Liana Fortunato Costa, Alciane Barbosa Macedo Pereira, Anderson Pereira de Andrade, Carmem Leotina Ojeda Ocampo Moré, Ceneide Maria de Oliveira Cerveny, Sonia Maria Oliveira
EDITORA: Ágora, São Paulo, 176 p
- 2 ***A democratização da escola pública no estado do Paraná***
ISBN 978-85-7216-715-4
AUTORA: Maria José Ferreira Ruiz
EDITORA: EDUEL, Londrina, 195 p
- 3 ***A política na Timeline***
ISBN 978-85-232-1217-9
AUTOR: Wilson Gomes
EDITORA: EDUFBA, Salvador, 329 p
- 4 ***A sociedade da insegurança e a violência na escola***
ISBN 9788532309525
AUTORA: Flávia Schilling
EDITORA: Summus, São Paulo, 112 p
- 5 ***Aulear: hacia una pedagogía del acontecimiento***
ISBN 9561124424
AUTOR: Horacio C. Foladori
EDITORA: Universitária, Santiago, 160 p
- 6 ***Brincar, brinquedos e brincadeiras: modos de ser criança nos países de língua oficial portuguesa***
ISBN 978-85-7628-607-3
ORGANIZADORAS: Catarina Tomás e Natália Fernandes
EDITORA: EDUEM, Maringá, 192 p
- 7 ***Bullying e cultura de paz no advento da nova ordem econômica***
ISBN 978-85-7511-327-1
AUTORA: Leila Maria Torraca de Britto
EDITORA: EDUERJ, Rio de Janeiro, 190 p
- 8 ***Das crianças Ikpeng para o mundo***
ISBN 9788540506817
AUTORA: Rita Carelli
EDITORA: Cosac Naify, São Paulo, 48 p

- 9 ***De la educación a la lengua***
ISBN 978-607-7955-95-5
AUTORA: Consuelo Orozco-Bibiana Vélez
EDITORIA: Ediciones Sin Nombre, México, 151 p
- 10 ***Delincuencia y deriva. Cómo y por qué algunos jóvenes llegan a quebrantar la ley***
ISBN 978-987-629-433-1
AUTOR: David Matza
EDITORIA: Siglo Veintiuno Editores, Buenos Aires, 272 p
- 11 ***Desafios e êxitos da escola atual***
ISBN 978-85-7628-589-2
AUTORAS: Marta Chaves e Maria Eunice França Volsi
EDITORIA: EDUEM, Maringá, 184 p
- 12 ***Educação e cultura face aos desafios do mundo moderno e contemporâneo***
ISBN 978-85-7785-255-0
ORGANIZADORAS: Elizabeth Miranda de Lima, Luciana Marino do Nascimento e Luciete Basto de Andrade Albuquerque
EDITORIA: Letra Capital Editora, Rio de Janeiro, 244 p
- 13 ***El cuidado infantil en el siglo xxi. Mujeres malabaristas en una sociedad desigual***
ISBN 978-987-629-397-6
AUTOR: Eleonor Faur
EDITORIA: Siglo Veintiuno Editores, Buenos Aires, 272 p
- 14 ***Encontrar escola: o ato educativo e a experiência da pesquisa em educação***
ISBN 978 85 8316 017 5
ORGANIZADORES: Fabiana Fernandes Ribeiro Martins, Maria Jacintha Vargas Netto e Walter Omar Kohan
EDITORIA: Lamparina, Rio de Janeiro, 176 p
- 15 ***Escola dos nossos sonhos. A pequena introdução à história da educação***
ISBN 9788524922817
AUTOR: Gabriel Chalita
EDITORIA: Cortez, São Paulo, 128 p
- 16 ***Familias y escuelas: tramas de una relación compleja***
ISBN 9789876913034
AUTORA: Laura Cerletti
EDITORIA: Biblos, Buenos Aires, 298 p
- 17 ***Fundamentos e práticas da avaliação na Educação Infantil***
ISBN 978-7706-102-0
ORGANIZADORAS: Célia Maria Guimarães, Maria João Cardona e Daniele Ramos de Oliveira
EDITORIA: Mediação, Porto Alegre, 360 p
- 18 ***Gestalt-terapia com crianças***
ISBN 9788532309440
AUTORA: Luciana Aguiar
EDITORIA: Summus, São Paulo, 264 p
- 19 ***Graffitis y otras prácticas en el espacio público escolar***
ISBN 978-987-591-518-3
AUTORA: Mariana Beltrán
EDITORIA: Brujas, Córdoba, 326 p

- 20 ***Huertas infantiles y escolares. Un recorrido práctico para padres, docentes y niños***
ISBN 9789875384057
AUTORA: Miriam Kaufman
EDITORA: NOVEDUC, Buenos Aires, 96 p
- 21 ***Inclusão educacional de alunos com surdez – concepção e alfabetização***
ISBN 9788524922008
ORGANIZADORA: Márcia Honora
EDITORA: Cortez, São Paulo, 200 p
- 22 ***Infância e suas linguagens***
ISBN 9788524922077
ORGANIZADORAS: Marcia Aparecida Gobbi e Mônica Appezzato Pinazza
EDITORA: Cortez, São Paulo, 176 p
- 23 ***Instituição escolar na diversidade – políticas, formação e práticas pedagógicas***
ISBN 978-85-7591-321-5
AUTOR: Jefferson Carriello do Carmo, Marta Regina Brostolin, Neimar Machado de Souza
EDITORA: Mercado de Letras, Campinas, 248 p
- 24 ***Instituição, família e tutela: os bastidores e a criança***
ISBN 978-85-7516-686-4
AUTORA: Maria Fernanda Cyrino
EDITORA: Átomo e Alínea, Campinas, 116 p
- 25 ***Jovem, adolescente e criança em contextos de proteção e de risco no Brasil***
ISBN 978-85-228-1033-8
ORGANIZADORAS: Sandra Cabral Baron e Katia Tarouquella R. Brasil
EDITORA: Editora da UFF, Niterói, 296 p
- 26 ***Juventude rural, cultura e mudança social***
ISBN 978-85-7897-123-6
AUTORES: Arlene Renk e Clóvis Dorigon
EDITORA: Argos, Chapecó, 222 p
- 27 ***La ciudad educadora: cómo forma de fortalecimiento de la democracia y de una ciudadanía activa y convencional***
ISBN 978-987-591-505-3
AUTOR: Ezequiel Ander Egg
EDITORA: Brujas, Córdoba, 120 p
- 28 ***Mal-estar na Inclusão – como (não) se faz***
ISBN 978-85-7591-323-9
AUTORAS: Elzira Yoko Uyeno, Juliana Santana Cavallari e Márcia Aparecida Amador Mascia
EDITORA: Mercado de Letras, Campinas, 360 p
- 29 ***Mediação escolar e autismo***
ISBN 8578542959
AUTORA: Bianca Fonseca
EDITORA: WAK, Rio de Janeiro, 140 p
- 30 ***Narrativas juvenis e espaços públicos***
ISBN 978-85-228-1037-6
ORGANIZADORES: Paulo Carrano e Osmar Fávero
EDITORA: Editora da UFF, Niterói, 384 p

- 31 **O estilo de aprendizagem e a queixa escolar: entre o saber e o conhecer**
ISBN 978-85-7396-236-9
AUTORA: Edith Regina Rubinstein
EDITORIA: Casa do Psicólogo, Belo Horizonte, 261 p
- 32 **O processo de escolarização e a produção da queixa escolar – reflexões a partir de uma perspectiva crítica em psicologia**
ISBN 978-85-7628-578-6
AUTORAS: Nilza Sanches Tessaro Leonardo, Zaira Fatima de RezendeGonzalez Leal e Adriana de Fátima Franco
EDITORIA: EDUEM, Maringá, 177 p
- 33 **Os jovens e o trabalho em São Paulo e Berlim**
ISBN 978-85-444-0085-2
AUTOR: Rogério Adolfo de Moura
EDITORIA: CRV, Curitiba, 198 p
- 34 **Pesquisa em ensino de história: entre desafios epistemológicos e apostas políticas**
ISBN 9788574785653
ORGANIZADORAS: Ana Maria Monteiro, Carmen Teresa Gabriel, Cinthia Monteiro de Araujo, Warley da Costa
EDITORIA: MAUADX, Rio de Janeiro, 280 p
- 35 **Políticas, poéticas e práticas pedagógicas**
ISBN 978 85 8316 018 2
ORGANIZADORA: Anelice Ribetto.
EDITORIA: Lamparina, Rio de Janeiro, 144 p
- 36 **“Porque así soy yo”. Identidad, violencias y alternativas sociales entre jóvenes pertenecientes a “barrios” o “pandillas” en colonias conflictivas de Zapopan**
ISBN 978-607-9326-16-6
AUTORES: Rogelio Marcial Vázquez y Miguel Vizcarra Dávila
EDITORIAS: H. Ayuntamiento de Zapopan y El Colegio de Jalisco, Zapopan, 208 p
- 37 **Psicoterapia psicodramática com crianças: uma proposta sociométrica**
ISBN 9788571831445
AUTORA: Rosalba Filipini
EDITORIA: Ágora, São Paulo, 152 p
- 38 **Rodas de conversa: uma análise das vozes infantis na perspectiva do círculo de Bakhtin**
ISBN 9788565888370
AUTORA: Viviane Maria Alessi
EDITORIA: UFPR, Paraná, 197 p
- 39 **Saúde mental na escola**
ISBN 9788582711040
AUTORES: Gustavo M. Estanislau e Rodrigo Affonseca Bressan;
EDITORIA: ArtMed, Porto Alegre, 280 p
- 40 **Temas transversais, pedagogia de projetos e mudanças na educação**
ISBN 9788532309587
AUTOR: Ulisses F. Araújo
EDITORIA: Summus, São Paulo, 120 p
- 41 **Violência escolar: perspectivas contemporâneas**
ISBN 978-85-7785-248-2
AUTOR: Robert Segal
EDITORIA: Letra Capital, Rio de Janeiro, 220 p

Normas para todas as seções

Os artigos, entrevistas ou resenhas serão submetidos, em português ou espanhol, ao Conselho Editorial ao qual cabe a responsabilidade de recomendar ou não sua publicação.

O Conselho pode fazer uso de consultores *ad hoc*, além de se reservar o direito de propor modificações que venham a contribuir com a clareza do texto.

Serão aceitos apenas artigos, entrevistas e resenhas inéditos.

Uma vez a submissão tenha sido aprovada para publicação, sua versão para o espanhol, ou para o português, conforme o caso, será solicitado aos autores, que terão um prazo determinado para enviá-la.

Todos os artigos ou resenhas enviados para submissão deverão estar como documento Word, em extensão “.doc” ou “.docx”, fonte Arial 11, espaçamento duplo.

Normas específicas para a seção

TEMAS EM DESTAQUE

Os artigos dessa seção devem abordar criticamente algum tema ou problema que diga respeito à infância e/ou juventude no contexto latino-americano. Os artigos são voltados a um público não especialista e, neste sentido, serão privilegiadas a clareza e a simplicidade da escrita.

1. Os artigos devem ter de duas mil e quinhentas a quatro mil palavras, fonte Arial 11, em extensão “.doc” ou “.docx”, espaçamento duplo.
2. Devem ser inseridas no final do texto até 4 (quatro) palavras-chaves (português e espanhol).
3. Um resumo de aproximadamente 150 palavras deverá ser enviado que servirá para apresentar o artigo na homepage da revista.

4. Gráficos, tabelas e figuras: deverão ser enviados separadamente e estar sinalizados no corpo do texto, próximos aos locais de interesse. Devem estar numerados sequencialmente. Em relação às imagens, os autores devem ter assegurado os direitos de uso, cuja comprovação deve ser enviada à revista.

5. Para citações de autores no corpo do texto deve ser usada o sistema autor data (ex. LIMA, 1999, p. 27).

6. Para as referências bibliográficas, colocadas em ordem alfabética ao final do texto, o autor deve seguir o seguinte formato:

LIVROS

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 12ª ed.. São Paulo: Global, 2012.

REVISTAS OU PERIÓDICOS

TORRES, M. Carmen Euler e CASTRO, Lucia Rabello de. Resgatando e atualizando os sentidos da autoridade: um percurso histórico. *Paidéia (USP)* 19 (42), 87-96, 2009.

CAPÍTULO DE LIVRO

GALINKIN, Ana Lucia e ALMEIDA, Angela M. de Oliveira. Representações sociais da violência entre adolescentes e professores de classe média. Em L. Rabello de Castro e J. Correa (orgs.), *Juventude Contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais*, pags. 229-232. Rio de Janeiro: Nau/Faperj, 2005.

REFERÊNCIA ELETRÔNICA

Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. IHA 2009/2010: Adolescentes negros do sexo masculino são as principais vítimas de homicídios no Brasil. Disponível em: http://www.observatorioadolecente.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=722:iha-20092010-adolescentes-negros-do-sexo-masculino-sao-as-principais-vitimas-de-homicidios-no-brasil&catid=34:noticias&Itemid=106. Acesso em 14 de abril de 2013.

Normas específicas para a seção

ESPAÇO ABERTO

Esta seção destina-se à publicação de entrevistas, escritas ou em vídeo, que versem sobre tema atual e/ou controverso na área da infância e juventude. As entrevistas devem ter o objetivo de expor a opinião do entrevistado, como também de explorar, junto com ele, a complexidade do debate sobre a questão. Elas visam, sobretudo, obter pronunciamentos que estejam propensos a analisar aspectos favoráveis e desfavoráveis do tema abordado.

1. A parte inicial da entrevista deve conter uma apresentação breve do entrevistado e as razões que levaram o entrevistador a entrevistá-lo sobre o tema em pauta. O entrevistador deve também situar seu lugar de fala e interesse sobre o assunto.
2. Para sondagem de interesse sobre temas e entrevistados prospectivos, o entrevistador pode entrar em contato com o Conselho Editorial.
3. As entrevistas devem ter de duas a três mil palavras, ou de 10 a, no máximo, 20 minutos de duração.
4. Caso sejam enviadas em vídeo, deverão ser encaminhadas em DVD de dados (arquivo de alta resolução SD ou HD, formato .mov ou .avi) com a respectiva transcrição em Word, em DVD lacrado com o nome do entrevistado e do entrevistador na parte externa do disco.

Normas específicas para as RESENHAS

INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

Esta seção destina-se à publicação de avaliações críticas de publicações recentes na área da infância e juventude que tenham registro no sistema ISBN.

As resenhas devem ter entre mil e quinhentas a duas mil palavras, fonte Arial 11, em extensão .doc ou .docx, espaçamento duplo.

Uma imagem da capa do livro resenhado, em arquivo .jpg ou .tiff, resolução 300 dpi, deverá ser enviada em arquivo separado.

A resenha deve conter uma ficha técnica contendo os dados da publicação: título, autor, editora, cidade, ano, número de páginas, ISBN.

A resenha deve ter título diferente do livro resenhado.

Envio do material

Os artigos, entrevistas e resenhas devem ser enviados pelo site da revista www.desidades.ufrj.br. Os autores serão notificados do recebimento do material enviado.

Na publicação de qualquer material, seus direitos autorais são imediatamente cedidos à **DESIDADES** sem ônus para a revista. O autor poderá, no entanto, publicar esse material posteriormente, na íntegra, ou parcialmente. Os autores são inteiramente responsáveis pelo conteúdo de seus artigos publicados.

Contatos

DESIDADES
Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude

Instituto de Psicologia / NIPIAC
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Av. Pasteur 250
22290 902 Rio de Janeiro RJ Brasil
55 21. 2295-3208 55 21. 3873-5328
www.desidades.ufrj.br

DESIDADES

*Revista Eletrônica de Divulgação Científica
da Infância e Juventude*

Instituto de Psicologia / NIPIAC
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Av. Pasteur 250
22290 902 Rio de Janeiro RJ Brasil
55 21. 2295-3208 55 21. 3938-5328
www.desidades.ufrj.br